

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS
GESTÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E TECNOLOGIA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO



LÍVIA TERRA TEIXEIRA

**ESPAÇOS PÚBLICOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: aplicação do *placemaking* em
uma praça na cidade de Varginha, MG**

Varginha/MG

2016

LÍVIA TERRA TEIXEIRA

**ESPAÇOS PÚBLICOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: aplicação do *placemaking* em
uma praça na cidade de Varginha, MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário do Sul de Minas.

Orientador: M. Sc. Christian Deni Rocha e Silva

Varginha/MG

2016

LÍVIA TERRA TEIXEIRA

**ESPAÇOS PÚBLICOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: aplicação do *placemaking* em
uma praça na cidade de Varginha, MG**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovada em 06/07/2016

Prof. M. Sc. Christian Deni Rocha e Silva (Orientador)

Prof^a. M. Sc. Daniella Coli Chagas

Prof. Esp. Wesley da Silva Medeiros

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que é o verdadeiro Mestre de minha vida. Agradeço a Ele por cada momento vivido durante esses anos, pelas pessoas que colocou em meu caminho e pela força que me concedeu para chegar até aqui.

Agradeço imensamente a minha família, principalmente aos meus maravilhosos pais, que sempre compartilharam comigo seu amor e nunca deixaram de demonstrá-lo, apoiando-me dia após dia e incentivando-me a seguir em frente nessa cansativa jornada, sempre me acalmando com as seguintes palavras: “calma, Livinha, está quase acabando!”. A minha querida irmãzinha, Paula, por ser minha melhor amiga, minha inspiração de inteligência e determinação, e por ter suportado os vários momentos em que estive ausente ou atarefada.

Ao meu namorado, Reinaldo, presente de Deus na minha vida, por ser meu maior amigo e companheiro, tanto nos momentos bons como também nos mais difíceis desse trajeto, dando-me sua paciência e total compreensão. Agradeço, também, por ter sido uma das pessoas que mais acreditou nas ideias e fundamentos defendidos no presente trabalho, o que me deu ainda mais força para realizá-lo.

Aos meus colegas de classe, pelos anos de convivência e por vivenciarem comigo diversos momentos de alegrias e, também, de angústias. Agradeço especialmente à Virgínia e Mariana, pela amizade criada nesse percurso. À Mariana, agradeço, ainda, por ter sido minha grande parceira de trabalho, por compartilhar comigo das mesmas ideias, e por ter me apresentado o tema deste trabalho.

A cada um dos amigos que estive comigo nesses anos "turbulentos" e que mesmo assim não deixaram de sê-lo, deixo meu muito obrigada e meu imenso carinho. Fico extremamente satisfeita em saber que minhas ausências não foram maiores que a nossa forte amizade.

Agradeço, ainda, ao meu orientador, Christian, por ter executado esse papel que lhe foi dado com profissionalismo, calma e paciência, tornando esse cansativo processo mais prazeroso. Agradeço, também, por ter realmente entendido e acreditado no meu trabalho.

"Where people feel a sense of ownership in their cities — something that Placemaking fosters — they are more likely to take better care of the common environment and of themselves."

(PROJECT FOR PUBLIC SPACES, 2012, p. 11)

RESUMO

Ao lidar com o problema do distanciamento entre a sociedade brasileira e os espaços públicos, surge a necessidade de se repensar a relação entre ambos, principalmente por parte dos profissionais responsáveis pelo planejamento desses espaços, os arquitetos e urbanistas. É nesse sentido que surge a abordagem do *placemaking* como uma tentativa de incorporar a sociedade nos espaços públicos, desde o seu planejamento até a sua utilização. Assim, o objetivo do presente trabalho é propor intervenções espaciais em uma praça da cidade de Varginha, Minas Gerais, considerando os princípios do *placemaking*. Este estudo foi feito a partir de análises teóricas sobre o tema e estudos de caso que pudessem exemplificá-lo, resultando na segunda parte do trabalho, que consiste na proposta de intervenção propriamente dita. Os resultados das análises demonstraram que, ao tratar-se de espaços públicos, ações e atividades que integrem a comunidade são fatores indispensáveis para que esses espaços cumpram sua principal função de servir à sociedade.

Palavras-chave: Placemaking. Espaços públicos. Participação popular. Varginha.

ABSTRACT

When dealing with the problem of the gap between Brazilian society and the public spaces, arises the need of rethink the relationship between them, specially by the professionals responsible for the planning of these spaces, the architects and urban planners. In this sense comes the approach of placemaking as an attempt to incorporate society in public spaces, from its planning to its use. The aim of this study is to propose spatial interventions in a square in the city of Varginha, Minas Gerais, considering the principles of placemaking. This study is done from theoretical analysis on the topic and case studies that could exemplify it, resulting in the second part, that consist on the actual interventional proposal. The empirical results showed that, when being in public spaces, actions and activities that integrate the community are indispensable factors for those first fulfill their principal function of serving society.

Keywords: Placemaking. Public spaces. Public participation. Varginha.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1—Bryant Park, 2015 — p.25
- Figura 2— Vista aérea da Praça Barão do Rio Branco, Belo Horizonte — p.26
- Figura 3—Praça Barão do Rio Branco, Belo Horizonte — p.26
- Figura 4— Localização e entorno do Parc de la Diagonal Mar — p.29
- Figura 5—Parc de la Diagonal Mar (1)— p.30
- Figura 6—Parc de la Diagonal Mar (2) — p.30
- Figura 7— Intervenção no Largo da Batata, São Paulo (1) — p.39
- Figura 8— Intervenção no Largo da Batata, São Paulo (2) — p.40
- Figura 9— Movimento no cais José Estelita, Recife (1) — p.41
- Figura 10— Movimento no cais José Estelita, Recife (2) — p.41
- Figura 11— Entorno do Campo de' Fiori — p.43
- Figura 12— Poste da tortura no Campo de' Fiori, 1700— p.44
- Figura 13— Mercado do Campo de' Fiori (1)— p.45
- Figura 14— Mercado do Campo de' Fiori (2)— p.45
- Figura 15— Mercado do Campo de' Fiori (3)— p.46
- Figura 16— Mercado do Campo de' Fiori (4)— p.46
- Figura 17—Entorno da Praça D. João I — p.48
- Figura 18— Praça D. João I — p.48
- Figura 19— Evento na Praça D. João I (1)— p.49
- Figura 20— Evento na Praça D. João I (2)— p.49
- Figura 21— Cubo gigante idealizado pelo Bela Rua — p.51
- Figura 22— Localização da Praça Oliveira Penteadó, São Paulo — p.51
- Figura 23— Atividades realizadas na Praça Oliveira Penteadó (1) — p.52
- Figura 24— Atividades realizadas na Praça Oliveira Penteadó (2) — p.52
- Figura 25— Atividades realizadas na Praça Oliveira Penteadó (3) — p.53
- Figura 26— Atividades realizadas na Praça Oliveira Penteadó (4) — p.53
- Figura 27— Localização da Praça do ET em Varginha, sem escala — p.60

- Figura 28— Localização da Praça do ET na Avenida Rio Branco — p.61
- Figura 29— Jardins da Avenida Rio Branco, 1950— p.62
- Figura 30— Vista aérea da Praça da Fonte e da atual Praça do ET, 1950 — p.63
- Figura 31— Praça da Fonte, 1950 — p.64
- Figura 32— Praça da Fonte, 1990 — p.64
- Figura 33— Praça da Fonte e atual Praça do ET, sem ano — p.65
- Figura 34— Praça da Fonte, 1990 — p.65
- Figura 35— Reforma da Praça da Fonte e da atual Praça do ET (1) — p.66
- Figura 36— Reforma da Praça da Fonte e da atual Praça do ET (2) — p.66
- Figura 37— Nova reforma da Avenida Rio Branco, 2001 — p.67
- Figura 38— Comemoração do aniversário de Varginha em 2014 e 2015 — p.67
- Figura 39— Brinquedos destinados ao público infantil instalados na Praça do ET no período da manhã e da tarde — p.68
- Figura 40— Jovens e adolescentes na Praça do ET no período noturno — p.68
- Figura 41— Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — p.69
- Figura 42— Banco Itaú e Banco Bradesco — p.69
- Figura 43— Ponto de apoio da Polícia Militar — p.69
- Figura 44— Uso e ocupação do solo no entorno da Praça do ET — p.70
- Figura 45— Número de pavimentos dos edifícios no entorno da Praça do ET — p.70
- Figura 46— Sentido do fluxo de veículos ao redor da Praça do ET — p.71
- Figura 47— Vista do Ponto Central e da Praça Getúlio Vargas a partir da Praça do ET — p.71
- Figura 48— Piso de Pedra Portuguesa e bancos de concreto revestidos de granilite na Praça do ET — p.72
- Figura 49— Arquibancada com revestimento de granito na Praça do ET — p.72
- Figura 50— Estátua do ET e poste de luz na Praça do ET — p.73
- Figura 51— Orelhão duplo e lixeira na Praça do ET — p.73
- Figura 52— Vegetação da Praça do ET — p.74
- Figura 53— Planta baixa da Praça do ET original — p.75
- Figura 54— Planta baixa da Praça do ET — p.76
- Figura 55— Vistas da Praça do ET — p.77

Figura 56—Sombreamento e insolação da Praça do ET — p.78

Figura 57—Porcentagem dos entrevistados que citaram cada um dos temas — p.80

Figura 58—Porcentagem dos entrevistados que citaram cada uma das tipologias de atividades
— p.82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1—Características principais do município de Varginha, Minas Gerais — p.57

Tabela 2—Resultados dos principais indicadores da macrorregião Centro de Varginha, Minas Gerais — p.59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Objetivos	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
1.2. Metodologia	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. Federalismo e a gestão pública municipal	18
2.2. Participação popular	21
2.3. A desvalorização do espaço público e seu impacto social	24
2.4. Placemaking	34
3. ESTUDOS DE CASO	43
3.1. Campo de' Fiori - Roma, Itália	43
3.2. Praça D. João I - Porto, Portugal	47
3.3. Praça Oliveira Pentado - São Paulo, Brasil (Projeto Rua³ - Bela Rua)	50
4. RESULTADOS	54
5. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA PRAÇA DO ET	57
6. PROJETO DE INTERVENÇÃO	83
6.1. Aspectos gerais do projeto	83
6.2. Paginação de piso	84
6.3. Iluminação	85
6.4. Mobiliário urbano	86
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – Pranchas de apresentação	96
APÊNDICE B – Pranchas técnicas	100

1. INTRODUÇÃO

A gestão municipal, segundo Rezende e Castor (2006, p. 27), pode ser entendida como a “gestão da prefeitura e de seus órgãos, institutos, autarquias e secretarias”. Diante da descentralização do poder estatal, decorrente do Federalismo¹ de três níveis adotado pelo Brasil, essa gestão passou, então, a ter maior autonomia e, como consequência, se tornou ainda mais complexa. Assim, cabe à prefeitura e a toda sua equipe gerir e administrar a cidade, por meio do planejamento e de diversos outros mecanismos de gestão, tendo sempre como objetivo o bem comum.

A gestão urbana [...] está relacionada com o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando à qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, propiciando as melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações da governança pública municipal. (REZENDE; GUAGLIARDI, 2008, p.188).

Rezende e Guagliardi (2008) acrescentam ao conceito de gestão municipal um importante fator a ser considerado. Para uma gestão mais eficiente, é necessário que haja a inclusão e envolvimento de todos os interessados no município, ou seja, não só dos seus gestores diretos, como a prefeitura e seus órgãos vinculados, como também dos cidadãos. Para que isso seja possível, a relação entre a população e os responsáveis diretos pela gestão deve ser incentivada e, ainda, proporcionada pela prefeitura e seus órgãos:

Essa competitividade exige variadas formas de gerir o município e demanda competências inexoráveis dos gestores públicos nas suas ações cotidianas, principalmente porque gerir uma cidade inclui pensar na comunidade e envolver os diversos atores relacionados com o município. (REZENDE; GUAGLIARDI, 2008, p.187).

Entretanto, pensar na comunidade e envolvê-la não tem sido a prática de muitos gestores públicos no que se refere ao planejamento urbano. Jacobs (2013), ao criticar em seu livro o chamado urbanismo ortodoxo seguido por vários planejadores urbanos, coloca como um dos maiores erros praticados por estes a ilusão de acreditar que todos os detalhes devem ser controlados desde o início por eles e mantidos assim, ou seja, o "bom planejamento era o planejamento previamente projetado" (JACOBS, 2013, p. 20).

¹Este tema será melhor abordado no próximo tópico do presente trabalho.

O planejamento urbano ortodoxo está muito imbuído de concepções puritanas e utópicas acerca de como as pessoas devem gastar seu tempo livre, e, na área do planejamento, esse moralismo sobre a vida pessoal confunde-se com os conceitos referentes ao funcionamento das cidades. (...) A preferência dos utopistas - e de outros gestores compulsivos do lazer de terceiros - por um tipo de empreendimento justo em detrimento de outros são mais que absurdas. (JACOBS, 2013, p. 42).

Ainda que o contexto de Jacobs seja os Estados Unidos da década de 1960, suas palavras se encaixam perfeitamente na atualidade brasileira. O pensamento de vários gestores públicos tem sido o de achar que por serem profissionais qualificados para tais intervenções urbanas, cabe apenas a eles saber o melhor para a comunidade na qual os projetos serão inseridos. Isso está relacionado à ideia de pensar os grupos e espaços como iguais e detentores das mesmas demandas e problemas.

Nesse sentido, a autora faz uma interessante comparação das cidades com uma dança. Para ela, o ponto chave é que essa dança não é uma dança mecânica e coreografada, com os movimentos todos iguais e ao mesmo tempo. Trata-se de um "ballet complexo", onde cada um apresenta um diferente papel, em um diferente horário, com várias improvisações. Não basta achar que a cidade vai se manifestar de maneira mecânica e planejada, coreografada como um ballet clássico, e que os seus indivíduos são todos iguais e uniformes. Como consequência desse pensamento retrógrado e ortodoxo, como Jacobs prefere nomear, vários projetos urbanos têm sido realizados sem a adequação dos mesmos à realidade local, fazendo com que a população não tenha prazer em frequentar aqueles espaços.

Essa falta de proximidade entre os espaços públicos e a sociedade remete também a outro problema. Atualmente, muitos espaços públicos têm deixado de ser um refúgio para os cidadãos e têm, muitas vezes, sido inutilizados por eles ou, ainda, utilizados de uma maneira totalmente oposta àquela previamente idealizada, tornando-se locais destinados ao tráfico de drogas, à criminalidade, dentre outros problemas. Em um contexto moderno de tecnologias e atrativos que tendem a distanciar cada vez mais o contato físico entre as pessoas, propiciar espaços mais atrativos que envolvam a comunidade e incentivem suas relações interpessoais seja, talvez, uma alternativa para brevar esse afastamento da sociedade.

É nesse sentido que surge o *placemaking*, conceito criado pelo Project for Public Spaces², mais conhecido como PPS. A ideia, que será mais bem abordada no decorrer do trabalho, consiste em pensar na concepção de espaços públicos com o envolvimento da comunidade, seja no seu planejamento, na sua execução ou, ainda, na sua utilização.

² Organização sem fins lucrativos fundada em 1975.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo utilizar a abordagem do *placemaking* como uma forma de reaproximar a sociedade dos espaços públicos, mais especificamente a Praça do ET, localizada na cidade de Varginha, Minas Gerais. Para isso, serão utilizados principalmente os conceitos e sugestões contidos na cartilha formulada pelo PPS (2012), além de algumas diretrizes citadas por Jacobs (2003).

O trabalho está dividido em três partes, sendo a primeira delas uma base teórica com estudos e análises sobre os temas relacionados a ele. Primeiramente, fez-se uma introdução sobre as influências do Federalismo na gestão pública e na abertura que ele propiciou para uma relação mais próxima desta com a sociedade, o que abre portas para a discussão sobre a participação popular e capital social. A partir disso, foram abordadas algumas reflexões sobre o espaço público e sua desvalorização contemporânea, apresentando, por fim, a recente abordagem nomeada *placemaking*.

A segunda parte do trabalho consiste em um diagnóstico e estudo sobre a área de intervenção a qual se propõe o presente trabalho, a Praça do ET, localizada em Varginha, Minas Gerais, precedendo o próprio projeto de intervenção, terceira e última parte do trabalho.

1.1. Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Propor uma intervenção urbana na Praça da Fonte, em Varginha, adotando a abordagem do *placemaking*.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar algumas causas do afastamento da sociedade com relação aos espaços públicos;
- Estudar os conceitos e abordagem do *placemaking*;
- Modificar a visão dos gestores públicos atuais sobre o espaço público;
- Reaproximar a comunidade dos espaços públicos através do *placemaking*.

1.2. Metodologia

A partir de uma análise teórica, foi possível contextualizar o tema *Placemaking*, os conceitos relacionados a ele e suas principais características. A partir disso, foram apresentados alguns exemplos de práticas do *placemaking* para que a abordagem fosse mais bem compreendida.

Escolheu-se como estudos de caso alguns exemplos de espaços públicos que se relacionassem com o *placemaking*, apresentando ao menos algumas de suas práticas e abordagens. Tentou-se coletar espaços que a autora já tivesse visitado para que a análise fosse realmente empírica, como é o caso do Campo de' Fiori, em Roma, Itália, e a Praça D. João I, em Porto, Portugal. Já com relação ao estudo do projeto do Bela Rua, realizado em São Paulo, o motivo da sua escolha foi por ser uma das associações mais fiéis e ativas da abordagem *placemaking* no Brasil.

Após concluir que o sucesso dos espaços públicos está em grande parte relacionado à interação da sua comunidade e participação da mesma, seguiu-se para a etapa do projeto de intervenção em um espaço público, atendendo a esses preceitos. Para a presente aplicação, foi escolhido um espaço público de perceptível importância na cidade de Varginha - MG, o qual incentivou este trabalho. A Praça do ET foi palco dos momentos mais importantes da cidade, além de estar localizada no seu ponto central, apresentando enorme potencial de atrair e incorporar a comunidade varginhense. Ainda sim, a mesma praça tem sido negligenciada por grande parte da população, que não a utiliza e quando sim, não o faz de maneira saudável.

Realizou-se, então, um diagnóstico da área da Praça do ET, para que fosse possível coletar dados e informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Essa coleta foi realizada através de fontes primárias e secundárias, ou seja, foram feitas visitas ao local para que se pudesse compreender de forma empírica o espaço em questão, seu funcionamento e suas dimensões, além de análise e coleta de dados já existentes.

Um importante ponto adotado no projeto de intervenção foi a priorização das necessidades e demandas da comunidade na qual a praça está inserida. Conforme defendido por vários autores, é extremamente importante que a população possa participar e expor sua visão sobre os espaços públicos da cidade.

Com esse inventário, a liderança da cidade pode desenvolver uma ousada visão consensual. Em Nova York, por exemplo, a cidade estabeleceu uma meta para esculpir uma nova "praça pública" fora do espaço da rua já existente em cada um dos 59 distritos do conselho da comunidade. Tal abordagem distrito-por-distrito incentiva moradores e autoridades a olhar para os seus bairros novamente e trazer possibilidades inesperadas à tona. Os espaços não utilizados e subutilizados podem ser identificados e melhorados de maneira sistemática, garantindo que os benefícios sejam distribuídos geograficamente, fortalecendo todo o tecido da cidade e a construção da equidade. (PPS, 2012, p. 14, tradução nossa³).

Para que isso fosse levado em consideração, foram realizadas duas formas de pesquisa com os usuários do espaço e com os moradores da cidade de Varginha. Através de uma pesquisa qualitativa-descritiva, desenvolveu-se entrevistas não estruturadas com os usuários da Praça do ET, realizadas no próprio espaço durante os meses de Fevereiro e Março deste ano. Segundo Gil (2002, p. 42), a pesquisa qualitativa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. A escolha pela entrevista não estruturada se deu por se tratar de uma pesquisa de campo onde as pessoas ainda se mostram desconfiadas e não acostumadas a serem abordadas. Assim, foi possível iniciar um diálogo sobre a Praça, com o objetivo de coletar as demandas e observações dos usuários com relação a ela e, principalmente, sugestões de atividades a serem realizadas na mesma.

Dado que muitos moradores de Varginha não são usuários da Praça do ET, essa pesquisa local continuaria a não abrangê-los e a não tomar conhecimento dos seus motivos para não frequentar aquele espaço. Diante disso, um segundo método de pesquisa foi utilizado, de maneira a complementar o primeiro. Foi realizada uma entrevista estruturada nas redes sociais com alguns moradores da cidade de Varginha, com o objetivo de coletar os problemas que os mesmos veem na Praça e, principalmente, sugestões de intervenções e atividades naquele espaço. Ainda que seja um método pouco utilizado e menos científico, a entrevista foi feita por meios eletrônicos para que houvesse uma maior abrangência da população varginhense. Desta maneira, participaram da entrevista apenas aqueles que desejaram fazê-lo, sem pressão ou constrangimento entre as partes, obtendo respostas que possivelmente não se teria pessoalmente. Essa pesquisa foi realizada durante o mês de outubro de 2015 e de março de 2016 com as seguintes perguntas: quais problemas e críticas

³ No original: "With this inventory, city leadership can develop a bold consensus vision. For example, in New York, the city set out a goal to carve a new "public plaza" out of existing street space in each of the 59 community board districts. Such a district-by-district approach encourages residents and officials to look at their neighborhoods anew and bring unexpected possibilities to light. Unused and underused spaces can be identified and improved in a systematic way, ensuring that the benefits are distributed geographically, strengthening the entire fabric of the city and building equity."

você percebe na Praça do ET (em frente à Concha Acústica), e quais sugestões de melhorias e atividades você tem para aquele espaço? Como resposta, diversas críticas e sugestões foram feitas pela população, colaborando para a realização do projeto de intervenção objeto deste trabalho. No total, foram entrevistadas 100 pessoas, sendo 75 delas abordadas na entrevista de campo e 25 pela metodologia alternativa, estes últimos representando os potenciais usuários da Praça do ET.

Por se tratar de uma pesquisa aberta e com inúmeras possibilidades de respostas, a tabulação dos dados se deu da seguinte maneira: durante as entrevistas, sejam as realizadas em campo ou pelo método alternativo, optou-se por anotar de maneira rápida e direta os temas que eram citados pelo entrevistado, similarmente ao que ocorre na metodologia do *Brainstorm* (em português, tempestade de ideias). Posteriormente, esses temas foram tabulados e agrupados em temas gerais, para que fosse possível observar quais pontos incomodam mais os entrevistados e quais sugestões são mais frequentes entre eles.

A partir dos resultados da pesquisa de opinião, desenvolveu-se um programa de necessidades com base nos problemas e sugestões coletados, dando prioridade àqueles citados com maior frequência. Para cada um deles foram pensadas diversas soluções possíveis, tanto adaptadas de exemplos já aplicados de *placemaking* como planejadas pela autora. Conforme essa mesma abordagem, procurou-se aplicar soluções práticas e relativamente simples de serem executadas. Como a Praça apresenta algumas limitações, mais bem apresentadas no decorrer do trabalho, grande parte dessas soluções tiveram que ser descartadas durante o desenvolvimento do projeto por não se adequarem à realidade específica da mesma. Assim, foram implantadas as intervenções que restaram ao final desse processo de seleção e se mostraram eficazes, compondo o projeto final de intervenção.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma melhor contextualização do tema, alguns conceitos devem ser apresentados e discutidos. Primeiramente, será contextualizada a adoção do Federalismo pelo Brasil e apresentadas as suas consequências para a gestão pública municipal, como a maior aproximação da mesma com a sociedade. Abre-se portas, então, para uma importante discussão sobre a participação popular, tema este que influencia consideravelmente os objetivos e resultados do presente trabalho. Posteriormente, entra-se na questão do espaço público e da sua desvalorização, situação que serve como contextualização e origem da abordagem do *placemaking*, que finaliza o referencial teórico do presente trabalho.

2.1. Federalismo e a gestão pública municipal

Para que se possa melhor compreender como se dá atualmente no Brasil a relação entre Municípios e Estado, e, principalmente, entre estes primeiros e a sociedade, faz-se necessário explanar como se desenvolveu historicamente o Federalismo no país, já que este possibilitou uma maior proximidade da gestão pública municipal com seus munícipes e, ainda, a participação destes nas questões urbanas.

Ao tratar do contexto administrativo-político brasileiro, Vasconcelos Júnior (2012) afirma que após a primeira Constituição de 1824, o Brasil adotou o modelo do Estado Unitário, caracterizado pela centralização do poder nas mãos de determinado órgão, exercendo-o sobre todo o território e povo que o integra. No contexto brasileiro, esse poder era concentrado no papel do Imperador e as regiões administrativas que compunham o Brasil não possuíam nenhuma autonomia.

No entanto, com a Proclamação da República, em 1889, e a Constituição de 1891, o Estado Unitário foi abandonado e o Federalismo passou a ser adotado como forma de Estado no Brasil. Com o objetivo de repartir o poder político, o Estado se dividiu geograficamente em vários territórios dotados, então, de parcelas de autonomia, ainda que o Estado Federal permanesse soberano a eles (VASCONCELOS JÚNIOR, 2012). A diferença entre essas duas formas de Estado é também explicada por Silva (2004, p. 98-99):

Se existe unidade de poder sobre o território, pessoas e bens, tem-se Estado Unitário. Se, ao contrário, o poder se reparte, se divide, no espaço territorial (divisão espacial de poderes), gerando uma multiplicidade de organizações governamentais, distribuídas regionalmente, encontramos-nos diante de uma forma de Estado composto, denominado Estado Federal ou Federação de Estados.

Nesse novo contexto, ainda segundo Vasconcelos Junior (2012), o Federalismo anterior à Constituição da República de 1988 era caracterizado pelo modelo dual de repartição de poderes: União e Estados membros. Com a promulgação da Constituição de 1988, porém, essa dualidade do Federalismo clássico passou a ser repensada, abrangendo então o terceiro nível: o dos municípios. Assim, ao adotar o Federalismo de três níveis como forma de Estado, este concede aos municípios uma parcela de autonomia, algo antes inexistente.

Realmente, a Constituição de 1988 outorgou aos Municípios um grau de autonomia inédito, assegurando-lhes o exercício de competências próprias dos Estados-membros, como a edição e execução de leis, instituição e cobrança de impostos e, acima de tudo, o poder de autoconstituição, consagrado na prerrogativa de elaboração e aprovação, sem intervenção da União ou dos Estados, da Lei Orgânica. (VASCONCELOS JUNIOR, 2012, p. 16).

A noção de poder centralizado tem sido muitas vezes vinculada a regimes totalitários e não democráticos, já que os mesmos não poderiam abrir mão do controle de todo e cada parte do seu território. A partir da noção do Federalismo e da descentralização do poder do Estado, nota-se uma maior possibilidade de criação de mecanismos de democratização e participação da sociedade. Para Shiki (2007), no final da década de 1980, a redemocratização do Brasil e a reforma do Estado proporcionaram mudanças nas relações entre governo e sociedade. Esse processo foi marcado, principalmente, pela descentralização política e a adesão a essa forma de organização estatal ocorreu como consequência da defesa de que a descentralização levaria a um melhor desempenho e democratização na gestão pública.

Diante desse processo, o desenvolvimento passou a ser vinculado ao espaço local, no qual a relação entre governo e sociedade levaria à ampliação da accountability, cuja participação social promoveria uma melhor gestão do recurso público. Além disso, a aproximação do gestor público com o local onde os problemas ocorrem facilitaria a elaboração de soluções mais eficientes. (SHIKI, 2007, p. 19).

Assim, é possível perceber como a descentralização proporcionou uma nova realidade local aos municípios, dando aos mesmos a autonomia necessária para que possam se relacionar diretamente com seus munícipes, favorecendo a participação da sociedade num contexto mais democrático de gestão pública.

Rezende e Gualardi (2008, p. 188) conceituam a gestão urbana como "gestão da cidade", ou seja, essa gestão municipal está relacionada com aquela da prefeitura e de seus órgãos. Rezende e Castor (2006) a relacionam com a aplicação de instrumentos e recursos da

administração pelos servidores municipais. Grande parte das diretrizes que norteiam a gestão dos municípios está contida no Estatuto da Cidade, lei aprovada em 2001 que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece normas e instrumentos que regulam a propriedade urbana, prezando pelo bem coletivo (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Cabe citar que um desses instrumentos instaurados pelo Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, de execução obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes. O plano dispõe as exigências fundamentais de ordenação da cidade e de expansão urbana e deve ser revisto pelo menos a cada dez anos.

Voltando à questão da gestão democrática, uma das diretrizes gerais contidas no Estatuto da Cidade para a execução da política urbana incentiva claramente a participação da população na gestão da cidade:

II - Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 17).

Ao discorrer sobre a gestão e controle de políticas públicas, Filgueiras (2007) salienta que os governos estão sob constante observação e avaliação, e assim, devem estar sempre preocupados com as ações realizadas por eles e prezar para que sejam efetivas e transparentes. Torres (2004) trata de forma muito interessante a relação entre a Administração Pública e a democracia. Para ele, o Poder Executivo a cada ano avança mais no sentido de se abrir à sociedade, principalmente na questão do orçamento federal. O autor aponta, ainda, que pelo fato de as atividades de responsabilidade do município, como a coleta de lixo e iluminação pública, por exemplo, serem mais próximas da sociedade e mais perceptíveis aos seus olhos, há uma maior cobrança quanto à atuação dos prefeitos por parte da população.

Ainda assim, conforme afirmam Rezende e Gualiardí (2008), o planejamento urbano não tem sido bem utilizado na gestão das prefeituras e nem como instrumento de participação dos munícipes na condução das cidades. Essa situação é percebida em vários encontros de associações de moradores com representantes das prefeituras, por exemplo, ou até mesmo nas assembleias de orçamento participativo⁴. Grande parte das vezes em que se diz haver espaço

⁴Essa afirmação é feita com base em um estudo de caso na Associação dos Moradores do Bom Pastor e dos Amigos de Varginha (AMBPAV), conselho comunitário de um bairro do município de Varginha. Em uma reunião realizada no dia 6 de maio de 2015, por exemplo, que teve como convidado o representante da Divisão de Relações com a Comunidade e Orçamento Participativo, notou-se que a participação dos membros é utilizada somente para demandas imediatas e não como forma significativa de gestão urbana participativa.

para a participação no planejamento urbano, ela não é realmente democrática ou, ainda, nem ao menos é levada em consideração, tornando-se uma participação apenas instrumental⁵.

É notória a importância de uma gestão pública transparente para uma gestão mais democrática e mais próxima à sociedade. Mas, para que esses efeitos sejam atingidos, como aponta Filgueiras (2007), é importante que a informação seja disponibilizada de forma relevante e acessível para a população, assim como que esta última esteja interessada em utilizar esses mecanismos de maneira democrática. Frequentemente, porém, não é possível notar esse interesse por parte da população, o que para a autora pode estar relacionado com a pouca cultura democrática cultivada pela nossa sociedade, já que a gestão pública transparente demanda um alto nível de compromisso político, algo adquirido apenas com mudanças na cultura política.

2.2. Participação popular

Carlos e Silva (2006) afirmam que a construção de uma cultura cívica influencia no sentido de tencionar e motivar a participação da sociedade civil no contexto público e, como consequência, motivar também a melhora do desempenho e resultados dos governos, até mesmo incentivando as políticas públicas. Lima (2001) também trata dessa capacidade que os indivíduos têm em pressionar políticas públicas e seus resultados, inclusive através das redes que aqueles primeiros estabelecem:

O capital social na sociedade estaria presente também nas redes que se estabelecem nos movimentos sociais e não apenas entre os indivíduos. Estas redes possibilitariam maior pressão por políticas públicas e por seus resultados, o que levaria ao estabelecimento de regras mais claras no funcionamento do aparelho do Estado e ao estabelecimento de relações de confiança entre o aparelho do Estado e os atores envolvidos. A participação resultante desse processo se constituiria num elemento fortalecedor das instituições sociais presentes na sociedade civil. (LIMA, 2001, p.46-63).

Essas redes de relações são citadas também por Jacobs (2003), ao afirmar a importância da autogestão democrática para os sucessos dos bairros e distritos. Para a autora, as pessoas acumulam relações e conhecimentos únicos, formando redes de confiança insubstituíveis. É esse capital social urbano o responsável por manter os bairros mais seguros e com mais vitalidade. Neste mesmo sentido, ao tratar de questões relacionadas à comunidade

⁵ A questão da participação instrumental será mais bem discutida no próximo tópico, o qual versa sobre a participação popular.

e à democracia, Putnam (2005) aponta que o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Segundo o autor, essa cooperação voluntária ocorre naturalmente em comunidades que já tenham esse capital social entrelaçado em sua cultura.

Assim, percebe-se que em comunidades que apresentam suas redes de relações mais fortes e já estabelecidas, as práticas de cooperação e de participação popular se tornam mais recorrentes e fáceis de serem executadas. A construção desse capital social, então, é de grande importância para uma sociedade mais eficiente e colaborativa e, por isso, deveria ser cada vez mais incentivada por ela. Ainda que essas práticas sejam mais bem apresentadas posteriormente neste trabalho, um grande exemplo de incentivo a essa colaboração social e à formação de redes de confiança nas comunidades são as ações de vários coletivos urbanos que atuam por todo mundo e em algumas cidades do Brasil.

Carlos e Silva (2006) colocam a população como detentora de amplos direitos, não só no sentido do consumo de serviços básicos como também dos direitos civis, políticos e sociais. Sobre esses últimos, Torres (2004, p. 41) afirma que "a sociedade civil brasileira evoluiu muito nestas últimas décadas e tem conseguido fazer pressões bem - sucedidas sobre os gestores públicos". Mas o autor continua sua análise sobre a sociedade brasileira concluindo que o país sofre não só com as dificuldades já geradas pela democracia moderna, mas, também, pela herança histórica de uma fraca e desorganizada sociedade civil. Essa afirmação traduz também algumas dificuldades encontradas na sociedade brasileira com relação à prática de ações coordenadas e participativas, citadas anteriormente nesse mesmo tópico.

Uma pesquisa feita pelos autores Carlos e Silva (2006) apresenta que a maior parte da população vê na participação apenas um valor instrumental, destinada principalmente à obtenção das necessidades materiais básicas do cotidiano. Apenas uma pequena minoria relacionou a participação a um mecanismo de democracia efetiva, ou seja, ligada ao aprendizado que essa prática proporciona, na melhor compreensão de como o Governo e seus órgãos funcionam. Nesse segundo caso, os autores apontam que:

O significado político da participação assim se expressa como uma forma de tomar parte nos processos dinâmicos que constituem e modificam a sociedade, ou seja, tomar parte na sua historicidade. Com isso, o significado de participação é transferido da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem consequência para o todo, para o cerne das estruturas sociais, políticas e econômicas. (CARLOS; SILVA, 2006, p. 176).

Esse valor instrumental da participação pode ser relacionado com a questão tratada por Ribeiro (2008, p.58) em seu trabalho: "A democracia é um valor ou apenas um procedimento para a resolução de conflitos?". Ao contrapor a democracia da Grécia Antiga com a democracia moderna, o autor analisa que a democracia, conforme era praticada na época da polis grega, não será mais vista no contexto moderno em que nos encontramos. Os indivíduos, antes tripulantes do navio, hoje se encontram como meros passageiros que admiram a paisagem. Segundo o autor, na democracia atual, o povo não mais se une com objetivos comuns de transformações marcantes na História.

Ao analisar a situação de distanciamento do povo em relação às questões coletivas, percebe-se que a participação popular está ainda distante do ideal democrático e, como consequência disso, o enorme potencial de interferência dessa prática na gestão pública ainda não é considerado por grande parte da sociedade. Mas há também outro lado a ser considerado no contexto do afastamento da população nas questões coletivas, tratado por Torres (2004) ao apontar que, além do desinteresse da população, há um distanciamento provocado pelo caráter técnico das informações disponibilizadas pelos gestores. Assim, os mecanismos de participação estão em um contexto tecnocrata, funcionando como um "funil", ao selecionar os poucos detentores de conhecimento aptos a participar das decisões e intervenções coletivas. Essa situação ocorre muitas vezes de maneira "mascarada", afastando naturalmente os possíveis participantes pela complexidade das informações, dados e até mesmo, da comunicação entre os líderes.

Assim, segundo Carlos e Silva (2006), a participação estaria relacionada não só a uma demanda societal quanto à democratização da gestão pública, como uma resposta por parte dos governos locais. Seguindo essa ideia, para Nogueira (2004, p. 133) a participação política seria:

[...] uma prática ético-política, que tem a ver tanto com a questão do poder e da dominação quanto com a questão do consenso e da hegemonia, tanto com a força quanto com o consentimento, tanto com o governo quanto com a convivência, em suma, tanto com o ato pelo qual se elege um governante quanto com o "ato pelo qual um povo é povo, pois esse ato constitui o verdadeiro fundamento da sociedade".

Uma das possíveis alternativas dos governos locais para minimizar esse distanciamento entre ela e a sociedade pode ser a "territorialização" da gestão pública, ideia relacionada ao Federalismo e à descentralização, já discutidos anteriormente. Morgan (1996, 1999 *apud* ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010) exemplifica essa situação com as políticas de inovação tecnológica dos países europeus, que estão se afastando de uma abordagem setorial para irem em direção à territorial, onde a mobilização e os laços de proximidade entre os atores sociais (empresas, universidades, sindicatos, eleitos, funcionários e sociedade civil organizada) estão na raiz de seu dinamismo.

As políticas públicas que apresentam a abordagem territorial têm como objetivo o desenvolvimento da sua população e sociedade, e não de um setor específico da mesma. É no plano da valorização dos processos sociais que se percebe as possibilidades de intervenção na vida social e política da esfera local. (RIBEIRO, 1996).

Diante de toda essa análise feita sobre o capital social e a participação popular, percebe-se, então, que tanto a valorização dos laços e das redes locais é de grande valia para a execução de políticas públicas e outras ações da gestão pública, como a participação popular pode trazer diversas consequências positivas para uma sociedade mais democrática. Sabe-se, também, que essas mesmas redes de confiança e de relações sociais são responsáveis pelo sucesso de várias ações coletivas de intervenções urbanas através da participação popular, que ainda serão discutidas. Espera-se, assim, que a abertura à participação popular como auxílio à gestão pública seja cada vez mais efetiva e incentivada, colaborando para uma sociedade mais cívica e consciente do seu papel.

2.3. A desvalorização do espaço público e seu impacto social

Mesmo hoje sendo um espaço público utilizado por toda a população de Nova York, conforme a Figura 1, há algumas décadas, o Bryant Park foi deixado de lado pela população e governantes, tornando-se um espaço onde ninguém ousava passar, apenas traficantes de drogas e moradores de rua, conforme lembrado por Johnston-Zimmerman (2015). Segundo a autora, esta situação de abandono e precariedade vem se tornando comum em muitos espaços públicos, contribuindo ainda mais para a sua desvalorização.



Figura 1: Bryant Park, 2015.

Fonte: <<http://nycvisitingspots.com/bryant-park/>>

Também no Brasil vários exemplos podem ser citados de espaços públicos que causam medo na população e a afastam, sendo um deles a Praça Barão do Rio Branco (FIGURA 2 e 3), na cidade de Belo Horizonte. Localizada em frente à Rodoviária, no início da Avenida Afonso Pena, a Praça é palco de vários incidentes, como assaltos, furtos e até mesmo homicídios, sendo considerada uma das áreas de maior criminalidade da cidade. Evitar transitar pela praça é uma prática comum dos moradores, o que faz dela um dos espaços públicos "abandonados" pela população. É interessante destacar que na praça está localizada a sede da 1ª Região Integrada de Segurança Pública, o que não é suficiente para contornar a situação da criminalidade no local.



Figura 2: Vista aérea da Praça Barão do Rio Branco, Belo Horizonte.
Fonte: <<http://www.neliordrigues.com.br/um-olhar-do-ceu-para-belo-horizonte/>>



Figura 3: Praça Barão do Rio Branco, Belo Horizonte.
Fonte: <http://int-pub-coletivo-brenda-1sem-2011.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html/>

Ao tratar da questão da insegurança nos espaços públicos, Jacobs (2003) ressalta que a ordem pública não é mantida apenas pela polícia, mas sim, principalmente, pela rede de controles e comportamentos espontâneos oriundos do próprio povo. Nesse sentido, a autora defende sua posição colocando três características essenciais para que uma rua possa receber desconhecidos e manter sua segurança, sendo elas: O espaço público não deve se misturar com o espaço privado; devem existir olhos para a rua, ou seja, os edifícios devem estar voltados para ela; e, por último, a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente. Assim, quanto mais as pessoas utilizam as ruas e os espaços públicos, menos eles são temidos e mais seguros se tornam, já que os moradores e transeuntes funcionam como os "olhos da rua". "A segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de maneira geral, de que estão policiando." (JACOBS, 2013, p. 37).

De acordo com o Project for Public Spaces⁶ (2012), conhecido como PPS, os espaços públicos, como as ruas, praças e parques, muitas vezes são caóticos, mal planejados e também mal mantidos. Diante disso, o PPS fez uma pequena lista de desafios que os próprios espaços públicos apresentam.

O primeiro deles trata da própria ausência desses espaços. O desenvolvimento econômico e imobiliário muitas vezes acaba por eliminar tradicionais espaços públicos e assentamentos já estruturados para a construção de edifícios altos e modernos, por exemplo.

Outro desafio é a questão da falta de planejamento dos espaços públicos, os quais todos os seus tipos muitas vezes dão a ilusão de que existem espaços públicos, mas na realidade segregam ainda mais as pessoas, seja por classes, renda ou até mesmo etnia e religião⁷. Os melhores espaços públicos são aqueles que unem as pessoas de todos os tipos, e esse é o terceiro desafio enfrentado pelos espaços públicos: unir as pessoas.

O último desafio citado é a falta de participação popular e o "pobre" design dos espaços públicos, já que somente com a total participação do público nos seus processos de criação é que eles se tornam bons lugares para se viver.

⁶ Organização sem fins lucrativos fundada em 1975.

⁷Sobre essa questão, um significativo exemplo é o Parc de la Diagonal Mar, em Barcelona, apresentado ainda nesta seção.

Outra realidade apresentada pelo PPS (2012) é a percepção que muitos têm em visualizar parques e praças como uma frivolidade, ou seja, um gasto desnecessário de recursos e de espaço urbano, sem considerar os inúmeros benefícios que mesmo um pequeno investimento traria, reforçando e enriquecendo socialmente a comunidade em geral. Para os autores, a percepção de espaço público tem muitas vezes negligenciado aqueles que se encontram discretos, entre os espaços privados, como as escadarias, becos e pátios, sendo que consistem em bens valiosíssimos que ela possui. "Por pertencerem a todos, eles são vistos como não pertencentes a ninguém" (PPS, 2012, p. 1, tradução nossa⁸). Para Joan Clos e Matheu, diretor executivo da UN-HABITAT⁹, "nós precisamos mostrar todos os dias que os espaços públicos são um trunfo para uma cidade" (MATHEU *apud* PPS, 2012, p. 1, tradução nossa¹⁰).

Um grave problema percebido atualmente é a desvalorização dos espaços públicos e a troca destes pelos ambientes privados. Evers e Zottis (2015) contextualizam essa desvalorização gradual ao relacioná-la com o crescimento do uso dos automóveis:

Inicialmente, o cotidiano urbano estava estreitamente relacionado com o uso dos espaços públicos. A maior parte das funções urbanas aconteciam em conexão com estes espaços, a começar pelas ágoras na Grécia antiga, verdadeiros epicentros da vida em sociedade. Principalmente após o crescimento do uso do automóvel, estas funções foram deixando de ocorrer em espaços públicos, criando um círculo vicioso de degradação do ambiente urbano e de aumento das atividades em ambientes privados. (EVERS; ZOTTIS, 2015).

Já para alguns autores, a nova sociabilidade virtual seria a responsável pela indiferença dos indivíduos e pela destruição da formação da ágora¹¹, já que não prioriza a convivência física e o fundamento do espaço público (SORJ, 2006).

De forma crescente, começam a surgir trabalhos questionando o papel potencialmente renovador dos novos meios de comunicação sobre a vida política. Uma primeira geração de trabalhos se sustentava numa perspectiva "tradicional" do conceito de elo social, que só poderia se estabelecer efetivamente a partir do encontro físico entre as pessoas. (SORJ, 2006, p. 125).

Arendt (1951) também trata do problema da substituição da vida pública pela vida privada e das consequências que essa situação causa na sociedade. A autora faz uma profunda reflexão sobre as origens do Totalitarismo, mostrando que o isolamento dos indivíduos e o seu afastamento dos espaços públicos pode se tornar uma condição de abertura para que o

⁸ No original: "Because they belong to everybody, they are perceived as belonging to nobody".

⁹ United Nations Human Settlements Program (Programa de Assentamento Humano das Nações Unidas).

¹⁰ No original: "We need to show every day that public spaces are an asset to a city".

¹¹ Ribeiro (2008, p. 9) define ágora como "palavra grega para praça de decisões".

regime totalitário chegue ao poder. Assim, o espaço público funcionaria como uma resistência a essa ameaça, já que nele os homens se distanciam do isolamento da vida privada e são capazes de pensar em termos coletivos e de manter relações sociais.

No mesmo sentido, Johnston-Zimmerman (2015) afirma que as praças funcionam como um local onde as pessoas podem se reunir, socializar e mesmo falar de política. Evers e Zottis (2015) ainda apontam que a vitalidade urbana encontra-se totalmente dependente de espaços públicos que promovam a utilização de áreas comuns da cidade, possibilitando o encontro e circulação de uma comunidade e, por isso, é importante que estes espaços sejam abertos à todos os indivíduos, sem diferenciação. "[...] os espaços públicos são a essência da vida urbana. É neles que ocorrem os encontros que produzem a arte da vida nas cidades" (EVERS; ZOTTIS, 2015).

Ao discutir sobre a importância da abertura dos espaços públicos a todos os indivíduos, cabe fazer uma breve discussão sobre o caso do Parc de la Diagonal Mar, localizado em Barcelona, Espanha. O Parc de la Diagonal Mar é considerado um dos símbolos da nova Barcelona, por consistir em um ambicioso projeto contemporâneo. Inaugurado em fevereiro de 2002, o projeto foi realizado pelo casal de arquitetos Enric Miralles, espanhol, e Benedetta Tagliabue, italiana. Sua localização é estrategicamente em frente ao *shopping center* Diagonal Mar na Avenida Diagonal (FIGURA 4), um dos maiores da Espanha. Trata-se de uma fronteira entre o sistema público e o privado, já que o parque de infraestrutura pública se encontra dentro de um condomínio fechado. (BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE, 2015).



Figura 4: Localização e entorno do Parc de la Diagonal Mar.

Fonte: <<http://geographyfieldwork.com/DiagonalMarSuccessfulRedevelopment.htm>>

Segundo informações disponibilizadas pelos próprios arquitetos (MIRALLES; TAGLIABUE, 2015), o parque (FIGURAS 5 e 6) possui uma área de 14 hectares dividida em sete espaços, cada um projetado para causar uma diferente sensação em seus usuários e todos relacionados ao elemento água. De acordo com um *website* de turismo de Barcelona (BARCELONA TURISME), trata-se de um espaço onde a natureza é controlada pelo homem.



Figura 5: Parc de la Diagonal Mar (1).

Fonte: <http://placemaking.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=623#>



Figura 6: Parc de la Diagonal Mar (2).

Fonte: <http://placemaking.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=623#>

O projeto foi ganhador de alguns prêmios devido ao seu design inovador, sendo um deles o da American Society of Landscape Architects, o prêmio ASLA, em 2005. Segundo os próprios arquitetos (MIRALLES; TAGLIABUE, 2015), o comentário do júri ao escolher o seu projeto foi que o mesmo correspondia à peça central de um grande projeto de desenvolvimento e, assim, a um grande sucesso.

É nesse contexto que se apresentam a maioria das críticas ao projeto do parque. Como bem citado pelo Project for Public Spaces, esse grande investimento é principalmente voltado para os estrangeiros e jovens de classe alta, sem se atentar para as necessidades da população em geral. Por ser localizado em um bairro de pouquíssima densidade, as ruas e os espaços públicos apresentam poucos usuários. Fator observado pelo Barcelona Field Studies Centre (2015) é que o parque se localiza à 600 metros do bairro residencial La Mina, um dos bairros com a maior exclusão social de Barcelona. Divergindo da função de um espaço público, o parque em questão é cercado, dando a sensação de isolamento e exclusão da mesma maneira que o faz um condomínio fechado. Ao anoitecer, o acesso a ele é barrado, impossibilitando o acesso da comunidade ao mar.

Sobre o contato com a natureza propiciado pelo elemento água, motivo de orgulho de seus planejadores, cabe salientar que em nenhum de seus espaços é possível realmente tocar e interagir diretamente com a água, afirmação esta feita pelo PPS. Este ainda apresenta uma importante, senão principal, crítica ao parque quanto ao fato de não haver nenhuma oportunidade de interação e de realização espontânea de eventos no espaço, já que a população não se sente confortável e recebida por ele.

O Diagonal Mar é um bom planejamento, boa arquitetura e bom paisagismo apenas nos sentidos mais restritos dessas disciplinas. Nós gostamos de pensar que esse parque foi planejado por advogados, que tomaram todas as medidas preventivas necessárias para assegurar que nada pode acontecer aqui. As torres residenciais são isoladas em praças vazias que te dão a impressão de que você apenas pretende dirigir até eles (na verdade, nós apenas vimos carros indo e vindo delas). Os usos são todos separados dentro do empreendimento, e até mesmo dentro da área do parque, esforços foram feitos para cortar os usos de cada um. (PPS, [s.d.], tradução nossa¹²).

¹² No original: "Diagonal Mar is good planning, architecture and landscape architecture in only the narrowest senses of these disciplines. We like to think this park was designed by lawyers, who have taken all preventative measures necessary to ensure nothing can happen here. The residential towers are isolated in empty plazas which give you the impression that you are only meant to drive up to them (in fact, we only saw cars going to and from them). The uses are all separated within the development, and even within the park area efforts have been made to cut off uses from each other."

Diante dessa breve apresentação, é possível discorrer sobre os possíveis motivos de um espaço público não funcionar. Primeiramente, no caso em questão, tem-se que o espaço é física e estruturalmente atrativo, fato comprovado pelos vários prêmios recebidos por seu design inovador e moderno. Também é possível afirmar que a Espanha, palco de inúmeras revoluções, tomadas de poder e manifestações, possui uma população ligada às questões democráticas, culturais e de participação popular, como é o caso da maioria dos países europeus. Ainda que esses dois primeiros fatores sejam percebidos no Parc de la Diagonal Mar, percebe-se que tanta energia, dinheiro e design não foram suficientes para criar um espaço com potencial de ter vida própria, de suportar atividades econômicas, culturais e sociais, além de não atrair pessoas, como explica o PPS. Pelo contrário, percebe-se que o parque, inclusive ao fechar seus portões, não é convidativo para que tais situações ocorram.

Neste mesmo sentido, Jacobs (2003) cita em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades* diversos exemplos de espaços públicos que se tornam decadentes e perdem a sua vitalidade mesmo quando menos se espera que isso aconteça, como a área de Morningside Heights, na cidade de Nova York. Segundo a autora, de acordo com a teoria do planejamento urbano (que a mesma nomeia como urbanismo ortodoxo), Morningside Heights não deveria apresentar problema algum já que está localizada em uma área com vista privilegiada, áreas verdes, *playgrounds* e instituições renomadas. Ainda assim, nada disso foi suficiente para conter a transformação da mesma em zonas de cortiço que causavam medo na população.

Porém, podemos arriscar algumas hipóteses genéricas e úteis sobre esses elementos. Primeiro, uma generalização negativa: vista magnífica e paisagismo bonito não funcionam como artigos de primeira necessidade; talvez "devessem", mas evidentemente não funcionam. Podem funcionar apenas como complemento. (JACOBS, 2003, p. 119).

Outro importante ponto citado por Evers e Zottis (2015) é que as atividades culturais que ocorrem nos espaços públicos como ruas, feiras e festivais, ainda apresentam o potencial de impulsionar a economia local de uma determinada comunidade. Um bom exemplo dessa situação é o que ocorre no Campo de' Fiori em Roma, Itália, que será mais bem apresentado posteriormente na seção destinada aos estudos de caso. Esse mesmo fator é citado pelo PPS (2012), ao afirmar que já está sendo reconhecido em todos os lugares do mundo que um bom espaço público pode alavancar o desenvolvimento econômico de uma região, seja ela uma comunidade rural ou uma grande cidade.

Mas a verdade é que mesmo um pequeno investimento na qualidade de um espaço público oferece um retorno para as cidades com previsão para perceber seu valor. Ao fortalecer o tecido social, proporcionar oportunidades econômicas, e aumentar o bem-estar dos cidadãos, o espaço público pode fazer recursos limitados irem mais longe e enriquecerem a comunidade tanto social quanto financeiramente. (PPS, 2012, p. 1, tradução nossa¹³).

Avançando ainda mais, outro benefício dos espaços públicos consiste no fator psicológico e físico que os mesmos influem. Johnston-Zimmerman (2015) é feliz ao adentrar nesse aspecto sob a ótica daqueles que vivem em espaços abafados e limitantes, sendo uma questão de saúde o acesso aos espaços públicos abertos e relaxantes. Evers e Zottis (2015) acrescentam a questão da vegetação urbana ao expor que, com ela, os espaços públicos podem minimizar os impactos ambientais e conectar a população com a vida natural. The Nature of Cities (2015) exemplifica o poder de atração que os espaços públicos "verdes" têm sobre as pessoas observando, através de uma pesquisa, que na América Latina eles têm sido os pontos de encontro preferidos por todos os tipos de pessoas, tanto pela sua associação com a natureza quanto pelas questões culturais.

Finalizando, são inúmeros os benefícios e funções dos espaços públicos, em qualquer local do mundo, e principalmente no contexto atual. Como descreve o PPS (2012), em um contexto de paisagem urbana cada vez mais congestionada e crítica, reconhecer e desenvolver o potencial dos espaços públicos é um ingrediente vital para o sucesso das cidades, construindo um senso de comunidade, identidade cívica e cultural, democracia, capital social, relações sociais e felicidade humana, além de impulsionar o desenvolvimento econômico local.

Ainda que, num primeiro momento, vários espaços públicos pareçam satisfatórios e bem planejados, grande parte dos mesmos não consegue incorporar sua comunidade e fazer com que a mesma participe e usufrua todo o seu potencial, como é o caso do Parc de la Diagonal Mar, em Barcelona. Como uma tentativa de mudar essa situação, várias práticas vêm surgindo nos próprios espaços públicos como incentivo à utilização e apropriação dos mesmos, visando construir um senso de comunidade e parceria entre a população. Essas ações estão estritamente relacionadas ao conceito apresentado a seguir chamado de *placemaking*, tema principal deste trabalho.

¹³ No original: "But the truth is that even a small investment in quality public space delivers a manifold return to the cities with the foresight to see its value. By strengthening the social fabric, providing economic opportunity, and boosting the well-being of citizens, public space can make limited resources go further and enrich the community both socially and monetarily".

2.4. Placemaking

O conceito de *placemaking* surge pela primeira vez com uma organização sem fins lucrativos fundada em 1975 e já citada anteriormente, chamada Project for Public Spaces (PPS). Segundo o PPS (2012), *placemaking* é uma abordagem relacionada à crença de que quando se trata de uma revitalização de um espaço público, apenas o design não é suficiente para realizá-la. A concepção bem sucedida de um espaço público deve levar em consideração um processo de envolvimento realmente público, que ouça a comunidade e suas necessidades.

Jacobs (2003) apresenta em sua obra o caso de um conjunto habitacional localizado em East Harlem, na cidade de Nova York, onde havia um gramado retangular repudiado pelos moradores dali. A justificativa para tal ira, segundo eles próprios, era que nenhum deles queria aquele gramado: "ninguém se interessou em saber o que queríamos quando construíram esse lugar" (JACOBS, 2013, p. 14). Essa situação costuma ocorrer em várias intervenções públicas no Brasil e no mundo, nas quais não é levado em consideração as reais necessidades dos seus usuários. Nesse mesmo sentido, de acordo com Britto (2013), *placemaking* é "o projeto dos espaços públicos que consideram os desejos, interesses, inspirações e necessidades da comunidade local". Para Johnston-Zimmerman (2015), *placemaking* seria uma melhor prática de design de espaços públicos, envolvendo não só profissionais e técnicos, mas, principalmente, a comunidade relacionada à esses ambientes.

O *Placemaking* age como um substituto para o que, de outro modo (embora de maneira mais desajeitada), se chama melhores práticas no *design* de espaços públicos. Isso poderia envolver planejadores, arquitetos, urbanistas, paisagistas, programadores e assim por diante, mas é feito em cooperação com a comunidade envolvida no espaço que está sendo criado ou alterado, ou seja, antes que se torne um lugar com o seu conjunto de significados, atividades e associações definidos. (JOHNSTON-ZIMMERMAN, 2015, tradução nossa¹⁴).

No mesmo sentido, para o PPS (2012), a abordagem do *placemaking* reconhece que ao tratar-se de espaços públicos, a comunidade é a verdadeira especialista, pois é ela quem pode oferecer uma real perspectiva de determinado espaço, da sua história e do seu funcionamento, indicando o que é realmente significativo para a população local.

¹⁴ No original: "Placemaking acts as a stand-in for what could otherwise be called (albeit more clumsily) best practices in public space design. This could involve planners, architects, urban designers, landscape architects, developers and so on, but is done so in cooperation with the community involved in the space that's being created or altered—that is, before it becomes a place with its defined set of meanings, activities, and associations."

O *Placemaking* é uma abordagem de baixo para cima que capacita e envolve as pessoas de maneiras que os processos tradicionais de planejamento não fazem. Ele "desenha" sobre os bens e habilidades de uma comunidade ao invés de depender exclusivamente de profissionais "especialistas". (PPS, 2012, p. 4, tradução nossa¹⁵).

Percebe-se, então, que a abordagem do *placemaking* não exclui a competência de projetar espaços dos arquitetos e urbanistas. Pelo contrário, ela trata de tornar essa função ainda mais completa ao ampliá-la também para a comunidade ao qual o projeto está inserido. Isso quer dizer que os profissionais em questão devem ouvir a comunidade e inseri-la em tudo quanto for possível para uma melhor percepção e utilização do espaço. Essa prática não diverge daquela esperada dos arquitetos ao projetar, por exemplo, uma casa para determinada família. Observações e conversas com o cliente e cada um dos membros de sua família fazem parte das etapas de um projeto arquitetônico, assim como a participação dos mesmos em todo o processo de idealização, projeto e execução da casa. No caso do *placemaking*, a casa se torna um espaço público e a família do cliente passa a ser qualquer indivíduo que usará aquele espaço. O mesmo sentimento de satisfação que uma família possui ao ver aquela casa construída, com suas particularidades, cultura e rotina, é aquele que também deve possuir a comunidade que utiliza determinado espaço.

O ideal é que se possa unir a capacidade e a função dos profissionais, tais como os arquitetos e urbanistas, com a participação local e conhecimento dos próprios usuários dos espaços em questão. Assim, mesmo diante da importância da participação da comunidade, a necessidade de lideranças não deve ser descartada, devendo elas trabalhar conjuntamente com a população.

Uma completa abordagem para o desenvolvimento, melhora e gestão de espaços públicos exige tanto a estratégia "de cima para baixo" quanto a "de baixo para cima". Liderança do mais alto nível da cidade é essencial se a transformação dos espaços públicos for ocorrer em grande escala. Uma estratégia de organização popular "de baixo para cima" é também fundamental para a estratégia. (PPS, 2012, p. 14, tradução nossa¹⁶).

O PPS (2012) expõe que a participação da comunidade nos processos gera um sentimento de pertencimento da mesma no projeto. Assim, "onde as pessoas sentem um senso de domínio em suas cidades - algo que o *placemaking* promove - elas são mais propensas a

¹⁵ No original: "Placemaking is a bottom-up approach that empowers and engages people in ways that traditional planning processes do not. It draws on the assets and skills of a community, rather than on relying solely on professional "experts."."

¹⁶ No original: "A comprehensive approach to developing, enhancing, and managing public space requires both "top-down" and "bottom-up" strategies. Leadership at the highest level of city is essential if transformation of public spaces is to occur on a large scale. A "bottom-up" grassroots organizing strategy is also integral to the strategy."

cuidar melhor do meio ambiente e de si mesmas" (PPS, 2012, p. 11, tradução nossa¹⁷). Da mesma maneira, Gaete (2015) aponta a importância do *placemaking* quanto a desenvolver um senso de comunidade entre as pessoas ao construir espaços com os quais elas se identifiquem e se sintam pertencentes.

Dessa forma, se pode aumentar o sentimento de pertencimento a uma comunidade e, portanto, a identificação com um bairro ou uma cidade com o objetivo de "criar lugares mais coesos, saudáveis e resistentes". (GAETE, 2015, tradução nossa¹⁸).

Infelizmente, esse conceito de construir espaços que integrem a comunidade tem sido muitas vezes deixado de lado pelos arquitetos e urbanistas. Contrapondo essa prática, liderar os processos de *placemaking* tornaria seus projetos mais completos e bem aplicados. Mas Gaete (2015) vai além ao abranger o conceito de *placemaking*, incluindo nele não só a criação de mais parques ou ruas para pedestres, mas também a reestruturação das secretarias municipais encarregadas da gestão de espaços públicos, para que sejam instauradas mais oportunidades de participação popular. Na mesma lógica, o PPS (2012) relaciona a criação de melhores espaços públicos com a parceria entre diversos grupos e entidades:

Resulta que as fortes parcerias locais são essenciais para o processo de criação dinâmica, espaços públicos saudáveis que realmente servem às pessoas da cidade. Os espaços públicos também são um objetivo comum que os governos locais, diversos grupos existentes e ONGs podem trabalhar em colaboração em um processo democrático. (PPS, 2015, p.4, tradução nossa¹⁹).

De acordo com Johnston-Zimmerman (2015), é a coordenação entre o planejamento *top-down* e *bottom-up*, este referente à comunidade, que faz o *placemaking* atingir o sucesso. Distante desta perspectiva, no contexto da década de 1960, os planejadores praticavam diversas ações com vistas a urbanização que acabavam por prejudicar a comunidade:

Sem consultar as comunidades afetadas, os planejadores exerciam um controle aparentemente interminável sobre a qualidade de vida das pessoas. Se as intenções eram para o melhor ou não, as ações de alguns ambientes urbanos criados "menos-que-ideais" que iria durar por décadas, mesmo depois de percebermos nossos erros. (JOHNSTON-ZIMMERMAN, 2015, tradução nossa²⁰).

¹⁷No original: "Where people feel a sense of ownership in their cities — something that Placemaking fosters — they are more likely to take better care of the common environment and of themselves".

¹⁸No original: "De esta manera, se puede aumentar el sentido de pertenencia a una comunidad y, por ende, la identificación con un barrio o una ciudad con el objetivo de "crear lugares más cohesionados, saludables y resilientes".

¹⁹No original: "It follows that strong local partnerships are essential to the process of creating dynamic, healthy public spaces that truly serve a city's people. Public spaces are also a common goal that local governments, diverse existing groups and NGOs can work on collaboratively in a democratic process".

²⁰No original: "Without consulting the communities affected, planners wielded seemingly unending control over peoples' quality of life. Whether intentions were for the best or not, the actions of a few created less-than-ideal urban environments which would last for decades even after we realized our mistakes".

Para a autora, o que o *placemaking* pretende é voltar ao tempo anterior aos interesses de desenvolvedores e planejadores *top-down*, tempo aquele em que as cidades eram o resultado de nossas necessidades naturais. Britto (2013) ainda aponta, neste sentido, que os processos de renovação de espaços públicos estão se tornando atividades mais inclusivas e realizadas tanto para a comunidade quanto por ela, trazendo benefícios para o planeta e para a sua população. Ao relacionar o conceito de *placemaking* com o de sustentabilidade, afirma que somente será possível criar espaços realmente sustentáveis ouvindo as comunidades que os utilizam.

Loomans (2015) exemplifica essa inclusão da comunidade ao apresentar o caso do festival de *placemaking* chamado Village Building Convergence (VBC), que ocorre anualmente na cidade de Portland, nos Estados Unidos. Trata-se de uma cooperação entre a comunidade, onde todos podem participar e contribuir para uma cidade melhor.

O festival é sobre a construção de uma cidade que é impulsionada pelos interesses da comunidade ao invés de interesses de desenvolvimento. É sobre a construção de uma cidade onde todo mundo tem voz, não apenas as pessoas com muitos dólares em seus bolsos. É sobre fazer muito com pouco. É sobre a restauração da natureza ao invés da sua destruição. É sobre a cooperação ao invés da competição. E é sobre o poder da comunidade em mover montanhas. (LOOMANS, 2015, tradução nossa²¹).

Após esta conceituação sobre o conceito de *placemaking*, cabe apresentar um pouco melhor as ideias contidas na cartilha "Placemaking and the future of cities" realizada pelo Project for Public Spaces (2012). O PPS procura desenvolver espaços bem sucedidos através de parcerias com organizações públicas e privadas, governos de todos os níveis, associações de bairros, grupos cívicos, dentre outros, tendo como um de seus objetivos "educar uma nova geração de projetistas, designers, ativistas comunitários e outros líderes cívicos sobre os benefícios da metodologia *placemaking*" (PPS, 2012, p. 2, tradução nossa²²). Assim, a intenção é mostrar à esses profissionais o quanto a percepção e participação da comunidade são benéficas para os planejamentos e execuções de suas funções, como é o caso dos arquitetos e urbanistas. Com esta intenção de educar a população sobre os benefícios do *placemaking*, o PPS propôs dez maneiras de melhorar as cidades, sendo elas: as ruas como espaços públicos; criar praças e parques multiusos; construir economias locais através dos

²¹ No original: "The festival is about building a city which is driven by community interests rather than developer interests. It is about building a city where everyone has a voice, not just people with lots of greenbacks in their pockets. It is about doing a lot with a little. It is about the restoration of nature instead of its destruction. It is about cooperation rather than competition. And it is about the power of community to move mountains".

²² No original: "[...] educate a new generation of planners, designers, community activists, and other civic leaders about the benefits of the Placemaking methodology".

mercados; projetar construções que apoiem lugares; vincular a agenda de saúde pública com a agenda de espaços públicos; reinventar o planejamento da comunidade; criar dez espaços que atraiam a comunidade; criar uma abrangente agenda de espaços públicos; começar pequeno com intervenções leves, rápidas e baratas; e reestruturar o governo para apoiar os espaços públicos.

No contexto dinâmico em que se vive atualmente, com limitações tanto de tempo quanto de recursos, torna-se interessante e, até mesmo, necessária uma discussão sobre a 9ª maneira sugerida na cartilha. Segundo ela, espaços públicos são componentes complexos e orgânicos, dos quais não se pode achar que tudo se transformará imediatamente. Diante disso, mudanças mais leves, rápidas e baratas (LQC em inglês) funcionam como melhoras experimentais para que, pouco a pouco, possam resultar em significativas melhorias, além de minimizar os obstáculos burocráticos.

O conceito de melhorias de baixo custo que podem ser feitas em uma questão de semana ou meses mudam a maneira que as cidades abordam o desenvolvimento da comunidade. Ele requer a remoção de obstáculos burocráticos para rapidamente adicionar valor para um lugar e claramente demonstrar potencial futuro. Trabalhar juntos em mudanças de curto prazo pode ajudar a construir pontes entre as agências da cidade, bem como dos cidadãos, que beneficiam a implementação a longo prazo e a manutenção também. (PPS, 2012, p. 16, tradução nossa²³).

Além de diminuir os custos, o LQC desenvolve a energia criativa da comunidade, principalmente daquelas pessoas que vivem em situações mais precárias ou em assentamentos informais, por já serem acostumadas a "usar estratégias leves e inovadoras, ao invés de grandes investimentos de capital, para resolver problemas e remodelar seus ambientes" (PPS, 2012, p. 15). Essas intervenções LQC também se tornam muito úteis nos países do hemisfério Sul, pela escassez de recursos e investimentos do governo.

A ideologia do LQC pode consistir em várias ferramentas e formas, além de demandar diferentes níveis de tempo, dinheiro e esforço em cada situação em particular. Modificações que podem parecer tão singelas têm o potencial de causar resultados inexplicáveis em um espaço público: lugares para se sentar, café na calçada, eventos da comunidade, jardins em *containers* ou até mesmo faixas de pedestres pintadas, exemplos estes dados pelo PPS (2012).

²³ No original: "The concept of low-cost improvements that can be made in a matter of weeks or months changes the way that cities approach community development. It requires removing bureaucratic obstacles to quickly add value to a place and clearly demonstrate future potential. Working together on short-term changes can help build bridges between city agencies as well as to citizens, benefiting long-term implementation and maintenance as well".

Na mesma ideologia, o coletivo urbano "A Batata Precisa de Você" realiza diversas micro intervenções em São Paulo (FIGURAS 7 e 8), através do chamado urbanismo tático. Segundo os organizadores do projeto, trata-se de "movimentos que utilizam projetos rápidos, compactos ou temporários para demonstrar a possibilidade e o potencial de mudanças em larga escala e a longo prazo no espaço urbano" (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015). Assim, ainda segundo o projeto, de maneira simples e com poucos recursos, essas intervenções incentivam usos alternativos e inesperados que, com a participação do usuário, servem de experimentos para analisar o potencial daquele espaço.

Em todo o mundo, intervenções pontuais organizadas em espaços urbanos por práticas coletivas oferecem uma reflexão crítica sobre o papel do arquiteto ou do urbanista, pois abrem espaço para que a população construa sua cidade, sem a necessidade de projetos, plantas ou extensos estudos prévios. Essas ações, de rápida articulação e execução, mudam o olhar sobre os problemas urbanos, utilizam recursos locais e favorecem o experimento. (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015).



Figura 7: Intervenção no Largo da Batata, São Paulo (1).
Fonte: <<http://piseagrama.org/a-batata-precisa-de-voce/>>



Figura 8: Intervenção no Largo da Batata, São Paulo (2).
Fonte: <<http://piseagrama.org/a-batata-precisa-de-voce/>>

Uma importante observação deixada pelo PPS (2012) é que os costumes locais devem sempre ser considerados e os custos de manutenção das intervenções devem ser cabíveis com a comunidade envolvida. Cabe observar as necessidades de cada cultura específica para, assim, definir a abordagem que melhor funcionará no local (PPS, 2012).

Outro coletivo urbano de importante atuação é o Ocupe Estelita, movimento social e cultural da cidade de Recife. O grupo formado por moradores e profissionais de diversas áreas age desde 2012 no Cais José Estelita, espaço público com cerca de 101,7 mil metros quadrados, com o objetivo de impedir que as construções do local sejam demolidas por um consórcio de grandes construtoras, o Novo Recife. (BUENO, 2014). O grupo recebeu apoio de diversos artistas e outras organizações, conseguindo promover no cais shows gratuitos de diversos cantores, atraindo mais de 10 mil pessoas. Várias manifestações culturais foram realizadas pelo coletivo, como oficinas, poesias, malabares, confecção de livros, debates, capoeira, blocos de carnaval, entre outros. (FIGURAS 9 e 10).



Figura 9: Movimento no cais José Estelita, Recife (1).

Fonte: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400003&script=sci_arttext>



Figura 10: Movimento no cais José Estelita, Recife (2).

Fonte: <<http://www.passapalavra.info/2015/06/104964>>

Para Johnston-Zimmerman (2015), o ser humano tem a capacidade de criar o ambiente em que quer viver, capacidade esta única do ser humano. Por isso, cabe a nós encontrar uma maneira de nos unir para corrigir os erros do passado e criar melhores lugares de se viver, seja qual for esse método. No presente trabalho, o método escolhido é precisamente o *placemaking*.

Sabendo disso, nós temos a habilidade - única no Reino animal- de criar o ambiente em que queremos viver. E, como *homo urbanus*, pela primeira vez na história com mais de 50% da população mundial urbanizada, é imperativo que comecemos a ir atrás de qualquer método que nos una em uma melhor maneira de criar novos espaços e desfazer os nossos erros passados - como quiser chamá-lo. (JOHNSTON-ZIMMERMAN, 2015, tradução nossa²⁴).

²⁴ No original: "Knowing this, we have the ability—unique in the animal kingdom—to create the environment that we want to live in. And as *homo urbanus*, with over 50% of the world's population urbanized for the first time in history, it is imperative that we get behind whatever method unites us in a better way of creating new places and undoing our past mistakes—whatever you want to call it".

3. ESTUDOS DE CASO

Tomando como base o *placemaking* e as práticas relacionadas à ele, serão apresentados a seguir alguns exemplos de espaços públicos que conseguiram incorporar algumas características desta abordagem, sendo eles: o Campo de' Fiori, em Roma, Itália; a Praça D. João I, em Porto, Portugal e; a Praça Oliveira Penteado, em São Paulo, através do projeto (Rua)³. Em cada um dos seguintes estudos de caso serão apresentadas as características principais desses espaços, suas peculiaridades e, principalmente, seu funcionamento.

3.1. Campo de' Fiori - Roma, Itália

A Praça Campo de' Fiori, traduzida para Campo das Flores, certamente é considerada uma das mais antigas da história de Roma e, por isso, não é certo como se deu seu surgimento. Segundo Romasegreta.it (2013), em 1860 ocorreu a transferência do mercado da Praça Navona para o Campo de' Fiori, que primeiramente ocorria no Campidólio. (FIGURA 11). Para Marco polo, a praça surge na época de Pompeo, famoso político e guerreiro romano.



Figura 11: Entorno do Campo de' Fiori.
Fonte: Adaptado do Google Maps

Conta o Turismo Roma que a praça foi abandonada durante o fim da Idade Média, sendo recuperada no fim dos anos 1400 pelos papas, por ser um dos únicos caminhos para o Vaticano. O local também serviu como armazenamento para as equipes de cavaleiros ou condutores das corridas que ocorriam no Circo Massimo. A recuperação da área e de suas características de local público ocorre no início dos anos 1500, com a construção de serviços essenciais de saneamento. Assim, a praça tornou-se ponto de encontro de discussões e declarações públicas, além de proclamações dos papas contra os considerados hereges. A praça também foi o principal palco de execuções públicas (FIGURA 12), sendo a mais famosa delas a de Giordano Bruno, no dia 17 de fevereiro de 1600. Por ser considerada uma das execuções mais famosas do Renascimento, ao centro da praça encontra-se uma estátua em homenagem ao grande filósofo, matemático e astrônomo, queimado vivo ao ser acusado de heresia.



Figura 12: Poste da tortura no Campo de' Fiori, 1700.

Fonte: <<http://www.prolocoroma.it/piazza-campo-de-fiori/>>

Desde quando o mesmo foi transferido para o local, o mercado do Campo de' Fiori funciona todas as manhãs, exceto nos domingos. No mercado são vendidos os mais variados

produtos, desde flores, como sugere o nome, até massas, verduras, artesanatos, entre outros. (FIGURAS 13, 14, 15 e 16).



Figura 13: Mercado do Campo de' Fiori (1).
Fonte: A autora, 2013.



Figura 14: Mercado do Campo de' Fiori (2).
Fonte: A autora, 2013.



Figura 15: Mercado do Campo de' Fiori (3).
Fonte: A autora, 2013.



Figura 16: Mercado do Campo de' Fiori (4).
Fonte: A autora, 2013.

Mesmo ao entardecer, quando a feira cessa seu funcionamento, a praça continua ativa, principalmente com a população jovem, já que ao redor da praça estão alguns bares e restaurantes que movimentam o local. É muito fácil se deparar com artistas de rua ou até mesmo rodas de músicas e grupos em constante interação social, sejam de turistas como, principalmente, dos próprios romanos.

O entorno antigo pode ser considerado suficientemente atraente para a população não acostumada com os edifícios romanos, mas é possível deduzir que, para os habitantes de Roma, o Campo de' Fiori não possui outros atrativos estéticos senão a estátua de Giordano Bruno ao seu centro. Já com relação à questão cultural e cívica, o caso romano, em especial do Campo de' Fiori, mostra um extremo engajamento nas questões políticas, revolucionárias e de participação nas praças. Como exposto anteriormente, nessa praça ocorreram diversos encontros durante os vários séculos de sua existência, inclusive aqueles negativos, como as execuções públicas e, mais recentemente, a revolta de alguns torcedores estrangeiros, divulgada por todo o mundo. Finalizando, é inegável na praça a ocorrência de atividades que incluam a comunidade, sejam elas rotineiras, como o mercado local, ou espontâneas, como os encontros casuais, apresentações artísticas e musicais, etc.

3.2. Praça D. João I - Porto, Portugal

Logo ao centro da cidade de Porto, em Portugal, encontra-se a Praça D. João I, homenagem ao décimo rei do país, João I de Portugal. Segundo informações de Figueiredo (2010), com projeto aprovado pela Câmara Municipal do Porto no ano de 1944, a praça de autoria do grupo ARS Architectos possui uma localização privilegiada (FIGURA 17), tendo ao seu redor o Teatro Rivoli, importante obra da cidade do arquiteto Júlio de Brito, além do grande Edifício Rialto, conhecido como Arranha-Céus, e a antiga sede do Banco Português do Atlântico. Em 2001, dentro do projeto denominado Porto 2001, a praça foi redesenhada (FIGURA 18), perdendo sua fonte central e ganhando um estacionamento subterrâneo de 450 lugares para os seus usuários. Atualmente, se encontram ao redor da praça diversos restaurantes e boates, que atraem ainda mais a população jovem.



■ PRAÇA D. JOÃO I
 ■ EDIFÍCIO RIALTO
 ■ BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO (ANTIGA SEDE)
 ■ TEATRO MUNICIPAL RIVOLI

Figura 17: Entorno da Praça D. João I.
 Fonte: Adaptado do Google Maps



Figura 18: Praça D. João I.
 Fonte: <<http://www.joamorgado.com/pt/reportagens/praca-d-joao-i>>

Seja como estádio improvisado para que a população assista jogos de futebol por meio de um telão, como sede de torneios de vôlei realizados na própria praça, ou até mesmo como pista de gelo para que as pessoas se divirtam no Natal, a Praça D. João I é claramente conhecida pelos habitantes como o espaço destinado aos eventos da cidade (FIGURAS 19e20). Lá se realizam também diversos eventos culturais, como, por exemplo, o Festival

Francesinha na Baixa. Trata-se de um evento gastronômico que reúne restaurantes e cervejarias com o intuito de produzir este prato típico da cozinha popular de Porto, acompanhado por músicas e animações. Por ser localizada em um ponto de grande fluxo, a população frequentemente utiliza os degraus laterais da praça como ponto de encontro e convívio social, além de promover diversas atividades realizadas pela própria comunidade.



Figura 19: Evento na Praça D. João I (1).
Fonte: A autora, 2014.



Figura 20: Evento na Praça D. João I (2).
Fonte: A autora, 2014.

Assim como no estudo de caso anterior, percebe-se que a Praça D. João I, localizada na cidade de Porto, não consiste em um design inovador, nem mesmo em seu mobiliário. Trata-se apenas de um espaço público com alguns degraus em suas laterais, que ainda assim, atrai todas as faixas etárias para seu interior. Esse movimento constante se dá através de eventos e, principalmente, atividades dos mais diversos tipos e em todos os períodos. É possível dizer, então, que o sucesso dessa praça não se deve às questões estéticas, mas pode estar relacionado ao fato de tratar-se de uma sociedade culturalmente ativa e às várias atividades realizadas naquele espaço.

3.3. Praça Oliveira Penteadó - São Paulo, Brasil (Projeto Rua³ - Bela Rua)

Um dos mais importantes grupos que praticam o *placemaking* no Brasil é o Bela Rua, associação sem fins lucrativos que realiza projetos e intervenções urbanas objetivando a participação das pessoas. O Bela Rua utiliza muitas vezes da diversão para atrair e incentivar a comunidade a transformar a cidade.

Um dos projetos do Bela Rua, chamado (Rua)³ ou Rua ao Cubo, transforma temporariamente os espaços públicos em lugares de convívio e lazer através de um cubo gigante. (FIGURA 21). Segundo os próprios idealizadores do projeto, essa intervenção tem como objetivos: ocupar temporariamente os espaços públicos de forma criativa e divertida; atrair pessoas para o espaço e incentivá-las a dar ideias para o local e; produzir um relatório com os principais desejos e necessidades levantados. (BELA RUA, 2014).

Durante três semanas de julho e agosto de 2014, o projeto foi realizado na Praça Oliveira Penteadó, no Bairro Butantã, em São Paulo. (FIGURA 22). O Rua ao Cubo organizou exposições, apresentações musicais, piqueniques, oficinas, projeções de filmes e várias outras atividades direcionadas à população. (BARATTO, 2014). Segundo a diretora executiva do projeto, Jeniffer Heemann, o projeto consistiu em uma maneira de analisar quais atividades atrairiam mais comunidade local, visando torná-las permanentes no local:

O que estamos fazendo são três semanas de atrações diversas na praça com o intuito de chamar a atenção das pessoas para este local e entender que tipo de atividades atraem mais quem mora ou frequenta a região. Então durante essas três semanas nós faremos diversos estudos também para ter uma análise com o tipo de atividade que poderiam ser fixas aqui, para que ele se torne um local com vida e não mais uma praça abandonada. (HEEMANN *apud* PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).



Figura 21: Cubo gigante idealizado pelo Bela Rua.
Fonte: <<http://www.belarua.com.br/rua3/#pracaoliveirapenteado>>

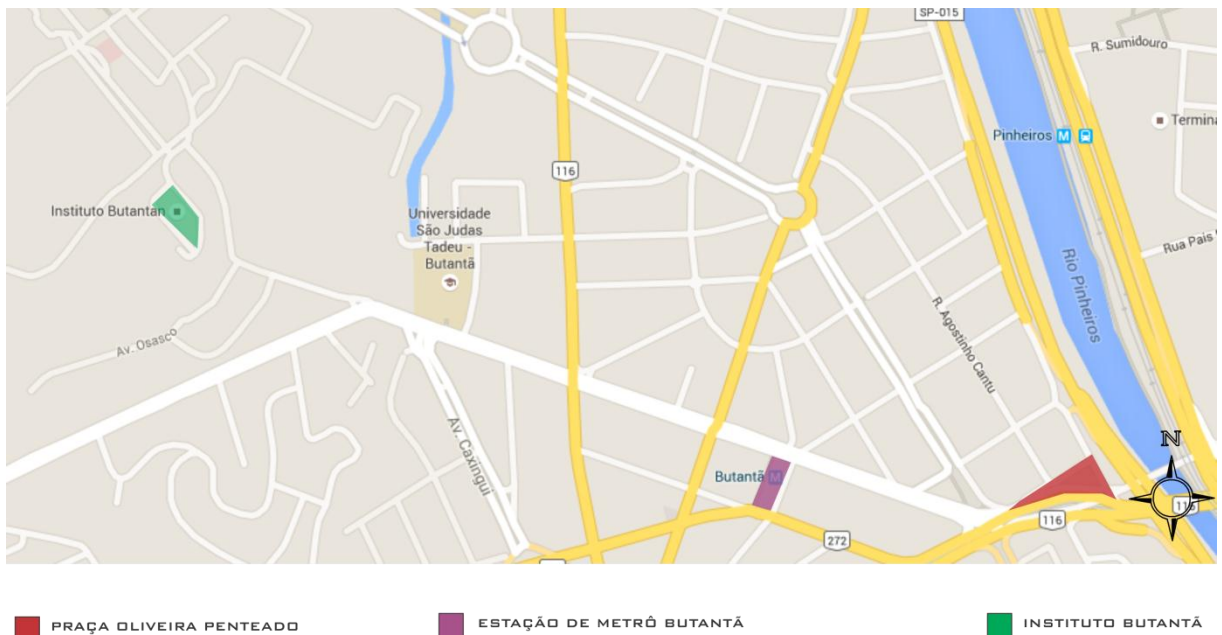


Figura 22: Localização da Praça Oliveira Penteado, São Paulo.
Fonte: Adaptado do Google Maps.

As atividades, que inclusive contaram com a visita do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, permitiram a total interação e participação das pessoas, seja para grafitar as

paredes, protagonizar o palco do cubo com apresentações de dança, música e teatro, ou até mesmo mostrar seus trabalhos. (FIGURAS 23, 24, 25 e 26).



Figura 23: Atividades realizadas na Praça Oliveira Penteadó (1).
Fonte: <<http://www.belarua.com.br/rua3/#pracaoliveirapenteadó>>

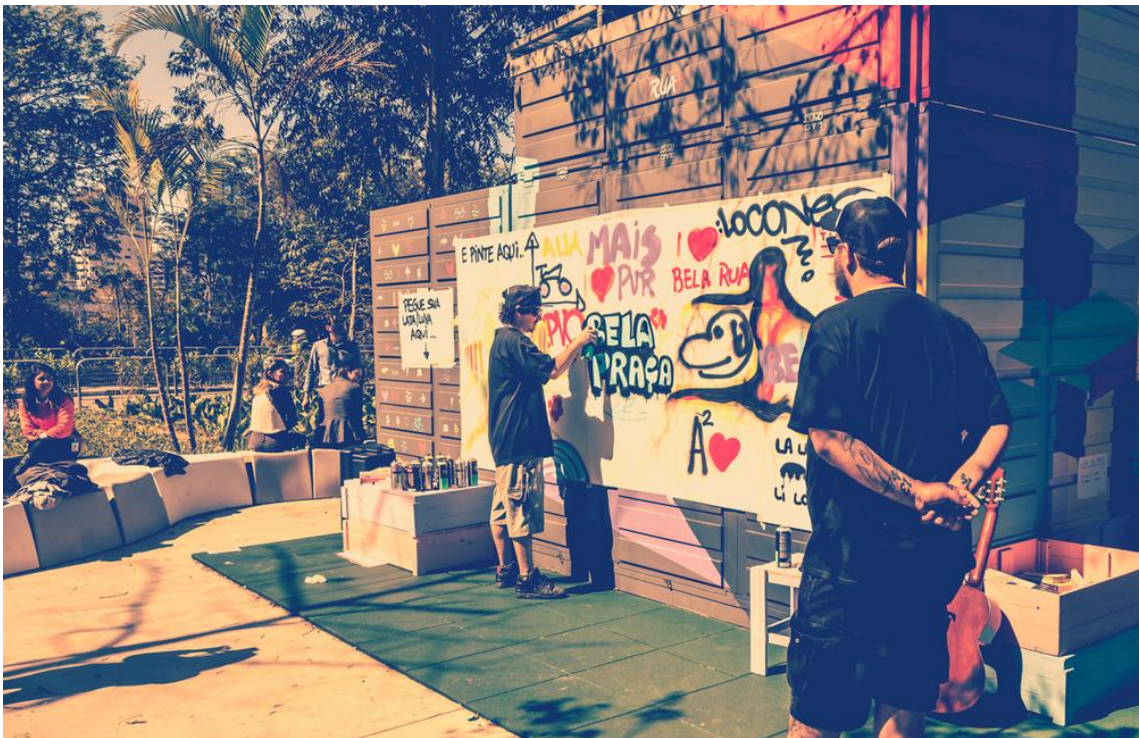


Figura 24: Atividades realizadas na Praça Oliveira Penteadó (2).
Fonte: <<http://www.belarua.com.br/rua3/#pracaoliveirapenteadó>>



Figura 25: Atividades realizadas na Praça Oliveira Pentead (3).
Fonte: <<http://www.belarua.com.br/rua3/#pracaoliveirapentead>>

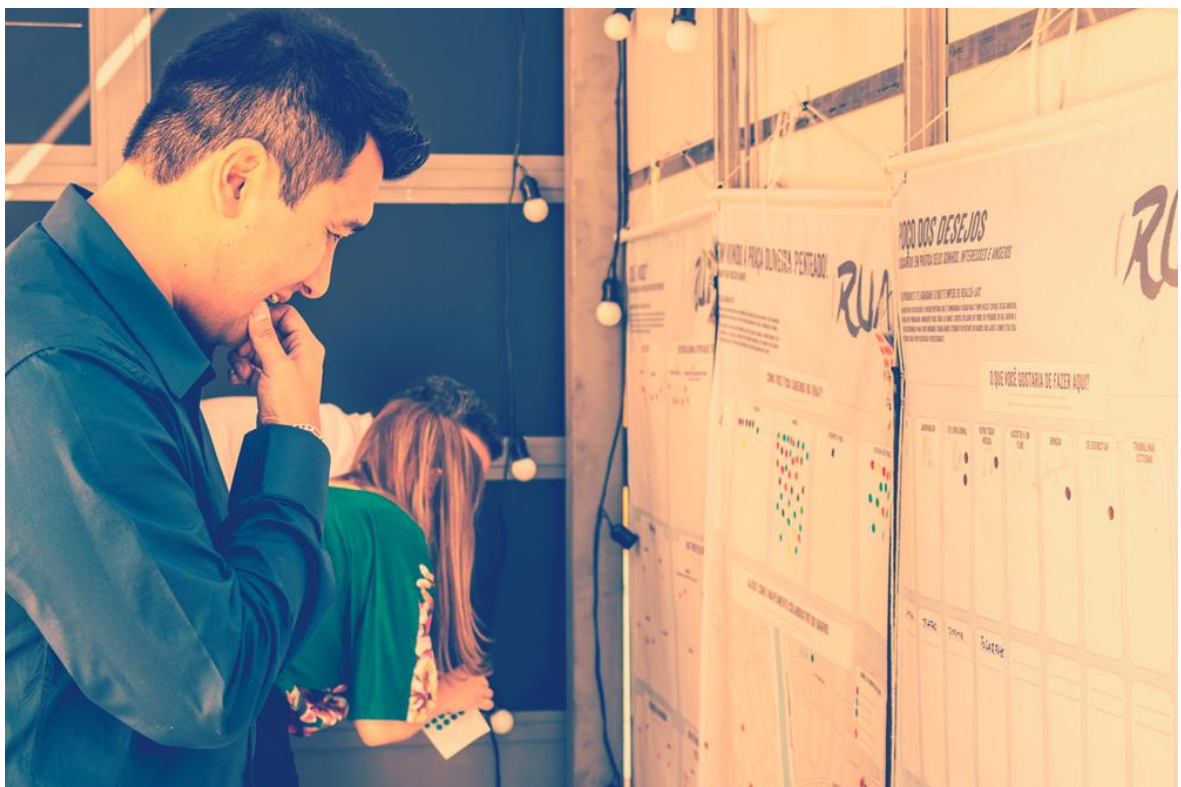


Figura 26: Atividades realizadas na Praça Oliveira Pentead (4).
Fonte: <<http://www.belarua.com.br/rua3/#pracaoliveirapentead>>

4. RESULTADOS

Diante dos três estudos de casos feitos anteriormente, podem ser feitas algumas ponderações sobre a problemática dos espaços públicos atuais. Primeiramente, cabe analisar a estrutura física dos espaços públicos, mais especificamente das praças. Eliminando-se o caso das grandes cidades ou alguns esporádicos em regiões menores, não é comum se deparar com espaços esteticamente atrativos durante uma caminhada pelas ruas de uma cidade qualquer, principalmente naquelas menos beneficiadas com investimentos públicos ou onde ainda não se dá muita importância para a aparência estética dos seus espaços. Num contexto de limitado orçamento público, investimentos em novos espaços públicos, ou até mesmo intervenções naqueles já existentes, muitas vezes são deixados de lado ou têm seus custos minimizados ao máximo. Em um primeiro momento, poderia se considerar que a falta de atrativos físicos e estéticos acabem por afastar os potenciais usuários dos espaços públicos, que não se veem atraídos a passar parte de seu tempo ali.

Porém, através dos estudos de caso e de outros exemplos apresentados no decorrer do trabalho, percebe-se que a questão estética não é a que mais interfere no resultado dos espaços públicos e no seu uso. Ainda que esse aspecto possa atrair visitantes em um primeiro momento, não é suficiente para fazer deles reais usuários do espaço. Pelo contrário, conforme percebido no exemplo do Parc de la Diagonal Mar, em Barcelona, o design moderno e inovador pode ser uma das causas de exclusão da comunidade ao espaço em questão.

Ainda que a questão estética possa ter seu valor, o usuário de um espaço público necessita de um motivo para tal ação, ou seja, deve-se existir meios para a real utilização desses ambientes. Conforme apresentado inicialmente, a participação popular é de extrema importância para que os locais públicos mantenham seu vigor. Para que haja essa participação, se torna necessário a existência de mecanismos que a possibilitem, como atividades, eventos, ou o que quer que possa atrair as pessoas para esses espaços. Os espaços públicos necessitam de movimento para que se mantenham vivos e ativos, juntamente com seus usuários.

Outra questão percebida consiste no costume ou prática, no sentido rotineiro da palavra, em utilizar os espaços públicos de uma maneira constante e espontânea. Um exemplo dessa cultura cívica de utilização dos espaços públicos, já discutida anteriormente, consiste

nas ágoras gregas, onde a sociedade tinha como prática estabelecida a participação e permanência nas mesmas. Algumas sociedades já possuem o capital social enraizado em sua própria comunidade, sendo que sua população já nasce em meio a um contexto cultural que valoriza os espaços públicos e usufrui os mesmos, incentivando a continuidade dessa prática para as outras gerações. Nos dois primeiros estudos de caso, nos quais a questão estética não era a preponderante, o agregado cultural e cívico acumulado como forma de capital social pôde se relacionar com o acesso e interesse das comunidades nos espaços públicos analisados.

Principalmente, a realização de atividades e atrativos culturais para a população incentivaram essas sociedades à realmente honrarem a função principal de um espaço público. Percebe-se a importância dos estabelecimentos como comércios e restaurantes para o movimento constante tanto no Campo de' Fiori quanto na Praça D. João I.

Esse mesmo aspecto é bem defendido por Jacobs (2013) ao afirmar que lojas, bares e restaurantes são de grande importância para manter a segurança e o movimento de um espaço público. Segundo a autora, esses estabelecimentos dão reais motivos para moradores e estranhos utilizarem as calçadas e os espaços onde os estabelecimentos se encontram, além de fazer com que as mesmas transitem pelas calçadas e, conseqüentemente, passem por locais que não teriam um interesse em visitar por si só. Os lojistas funcionam, ainda, como vigilantes das ruas e guardiões das calçadas, já que os mesmos almejam manter a vizinhança segura para seus clientes.

Concluir qual ponto se mostra mais importante e definidor do sucesso de um espaço público, o capital social da comunidade ou as atividades que ocorrem no espaço, é algo complexo que demanda uma análise teórica muito mais abrangente do que o intuito do presente trabalho. Caberia, ainda, analisar tal questão de uma maneira cronológica que talvez complique ainda mais esse impasse: as atividades ocorrem como consequência de uma sociedade cultural e cívica ou a sociedade pode assim se tornar com a realização de tais ações culturais e sociais? Independente de qual seja a questão, ao visualizar o Brasil como um país onde ainda não se tem a cultura participativa e cívica de utilizar os espaços públicos como alguns outros países, principalmente europeus, apenas a segunda opção se torna uma alternativa válida para esse problema. Poderia o *placemaking* colaborar para a utilização e aproximação da comunidade com os espaços públicos e, assim, contribuir para que essa prática se integre à cultura brasileira? As atividades e relações incentivadas pelo *placemaking* poderiam tornar a população mais participativa e interessada pelo contexto público do país?

Diante de todos os conceitos estudados, os exemplos analisados e as experiências vivenciadas, acredita-se que o *placemaking* realmente possua o potencial de modificar o contexto em que os espaços públicos estão inseridos, o que passa a ser o objetivo deste trabalho em questão.

Após as conclusões acima feitas, cabe fazer a aplicação de todo o estudo teórico até então realizado em um espaço público da cidade de Varginha, Minas Gerais. Ainda que não sejam de todo eliminados os aspectos físicos e estruturais, serão utilizados principalmente os conceitos de *placemaking* e participação popular na idealização de um projeto de intervenção nesta mesma praça, valorizando os resultados que estas pequenas modificações podem trazer a um espaço público, conforme o 9º conceito do manual do PPS apresentado anteriormente. Segue-se com uma análise contextual do espaço em questão e, posteriormente, seu projeto de intervenção.

5. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA PRAÇA DO ET

O município de Varginha, juntamente com o de Pouso Alegre e Poços de Caldas, são considerados os mais populosos da região Sul do Estado de Minas Gerais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). Algumas das principais características de Varginha estão melhor apresentadas na Tabela 1.

Cidade	População (2010)	População estimada em 2014	Área da unidade territorial (km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)	IDHM (2010)	PIB per capita em reais (2012)	Prefeito atual
Varginha	123.081	131.269	395.396	311,29	0,778	32.003,46	Antônio Silva (PTB)

Tabela 1: Características principais do município de Varginha, Minas Gerais.
Fonte: Dados retirados do site <http://www.cidades.ibge.gov.br>.

Já no quesito alfabetização, segundo dados do IBGE (2010), Varginha possui 109.173 pessoas alfabetizadas, número que representava aproximadamente 88,70 % do seu total. Mesmo sendo uma das cidades mais economicamente avançadas da região, com PIB per capita correspondente a 32.003,46 reais no ano de 2012, e com um IDHM consideravelmente favorável²⁵, Varginha ainda apresenta algumas carências em seu desenho urbano e nas questões pertinentes à sua gestão urbana. Nota-se, também, um distanciamento cada vez maior entre a população e os espaços públicos, mas, como analisado anteriormente, esse não é um problema exclusivo da cidade em questão. Ainda que a cidade de Varginha possua várias praças que necessitem de intervenções, a Praça do ET foi priorizada por possuir alguns aspectos que a tornam um grande potencial de espaço público, aspectos estes apresentados no decorrer do trabalho.

No ano de 2012 a empresa de consultoria Kairós Desenvolvimento Social²⁶, juntamente com a Prefeitura Municipal de Varginha e a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social - SEHAD, realizou um diagnóstico social da cidade de Varginha,

²⁵ Segundo o ranking realizado pelo PNUD (2010), dos 5565 municípios brasileiros, Varginha ocupa a 145ª posição dos melhores índices de IDHM do país, juntamente com os municípios de Bento Gonçalves (RS), Juiz de Fora (MG), Ourinhos (SP), Jaú (SP), Londrina (PR), Tietê (SP), Jaboticabal (SP), Itatiba (SP), Lajeado (RS), Braço do Norte (SC) e Nova Bréscia (RS).

²⁶ A empresa Kairós Desenvolvimento Social realiza diagnósticos sociais em diversos municípios do Brasil, além de realizar consultorias relacionadas à estruturação do Sistema Único de Assistência Social, consultorias eleitorais e apoio técnico na construção de programas de metas e planos de governos. (KAIRÓS, *online*).

permitindo uma maior percepção das áreas de maior carência e prioridade para os programas do governo. Após a divisão da cidade em 19 macrorregiões, foi elaborado um mapa social resultado da análise de um conjunto de indicadores relacionados à saúde, educação, pobreza, condições de moradia, violência, vulnerabilidades, mobilidade e assistência social. A Praça do ET está inserida na macrorregião Centro, que abrange os bairros: Centro, Nossa Senhora dos Anjos e Três Bicas. Segundo o diagnóstico, a região ocupou a 5ª posição dos melhores indicadores, dentre as 19 macrorregiões. Na Tabela 2 estão apresentados os resultados dos principais²⁷ indicadores desta área:

Indicador	Definição	Absoluto	Indicador	Unidade
Mortalidade infantil	Total de óbitos de crianças até 12 meses sobre o total de nascidos vivos no mesmo período e território, calculado por mil nascidos vivos no caso do município (Secretaria Municipal de Saúde 2012)	0	0/48	casos/nascidos
Cobertura de creche	Percentual de crianças de 0 a 3 anos em creche ou pré-escola na rede pública ou particular (INEP/ Censo Escolar 2012)	92	72,98	por cento
Cobertura de pré-escola	Percentual de crianças de 4 a 5 anos em pré-escola na rede pública ou particular (INEP/ Censo Escolar 2012)	84	122,26	por cento
Abandono no ensino médio público	Percentual de alunos que deixaram o ensino médio na rede pública, por local de matrícula. (INEP/ Censo Escolar 2012)	3	3,53	por cento
Distorção de idade no ensino médio público	Percentual de alunos com 2 ou mais de defasagem em relação à idade ideal para as séries do ensino médio na rede pública, por local de matrícula (INEP/ Censo Escolar 2012)	17	20,00	por cento
Analfabetismo 15 anos ou mais	Percentual de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais (Censo 2012 IBGE)	44	1,04	por cento
Domicílios com renda per capita até 1/2 SM	Percentual de domicílios com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo (Fonte: Censo 2012/IBGE)	112	6,08	por cento
Domicílios com alta densidade por dormitório	Percentual de domicílios com quatro ou mais residentes por dormitório (Censo 2010 IBGE - Dados da amostra)	24	1,29	por cento
Homicídio	Casos de homicídios, calculados por cem mil habitantes no caso do município, por local de moradia (Secretaria Municipal de Saúde 2012)	0	0	por cem mil
Pessoas com deficiência	Percentual de pessoas com deficiência na população (Censo 2012 IBGE - Dados da amostra)	136	3,59	por cento
Medidas socio-educativas	Casos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (SEHAD 2012)	0	0	casos

²⁷ Dos 55 indicadores apresentados pela empresa Kairós, foram escolhidas apenas os principais de cada tema para que o trabalho não ficasse muito extenso.

Mãe adolescente	Percentual de nascimentos cujas mães tinham menos de 20 anos (Secretaria Municipal de Saúde 2012)	4	8,33	por cento
Domicílios sem rede água	Percentual de domicílios sem ligação com a rede de água (Censo 2010 IBGE)	3	0,16	por cento
Domicílios sem coleta lixo	Percentual de domicílios sem coleta de lixo (Censo 2010 IBGE)	1	0,05	por cento
Tempo de deslocamento diário para trabalhar	Percentual de pessoas que gastam mais de duas horas para ir e voltar de casa para o trabalho	38	2,04	por cento
Abandono no ensino fundamental público	Percentual de alunos que deixaram o ensino fundamental na rede pública, por local de matrícula (INEP/ Censo Escolar 2012)	3	0,85	por cento
Reprovação no ensino médio público	Percentual de alunos reprovados no ensino médio da rede pública, por local de matrícula (INEP/ Censo Escolar 2012)	13	15,29	por cento
Bolsa Família	Percentual de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (SEHAD 2012)	76	4,12	por cento
Abrigo de crianças e adolescentes	Casos de crianças e adolescentes abrigados (SEHAD 2012)	2	2	casos
Reprovação no ensino fundamental público	Percentual de alunos reprovados no ensino fundamental na rede pública, por local de matrícula (INEP/ Censo Escolar 2012)	47	13,35	por cento
Domicílios sem esgotamento	Percentual de domicílios sem esgoto encanado (Censo 2012 IBGE)	13	0,71	por cento
Adolescentes responsáveis por domicílios	Domicílios com responsável com 19 anos ou menos, por mil domicílios (Censo 2010 IBGE)	13	7,09	por mil
Conselho Tutelar	Casos atendidos pelo Conselho Tutelar por mil habitantes (Conselho Tutelar 2012)	41	8,37	casos
Mortalidade geral	Óbitos por todas as causas, por cem mil habitantes (Secretaria Municipal de Saúde 2012)	51	1.041,67	por cem mil
Distorção de idade no fundamental público	Percentual de alunos com 2 anos ou mais de defasagem em relação à idade ideal para as séries do ensino fundamental na rede pública, por local de matrícula (INEP/ Censo Escolar 2012)	95	26,99	por cento
Escolas sem acessibilidade física	Percentual de escolas públicas, de ensino fundamental e médio, sem dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida (Censo Escolar/ INEP 2012)	1	100,00	por cento
Domicílios em extrema pobreza	Percentual de domicílios com renda per capita até R\$ 70 (Censo 2010 IBGE)	29	1,58	por cento

Tabela 2: Resultado dos principais indicadores da macrorregião Centro de Varginha, Minas Gerais.
Fonte: Dados retirados do site <http://www.kairos.srv.br/varginha/area_07_.html>.

Quanto à questão da pobreza, o resultado do indicador "Domicílios em extrema pobreza" se mostra preocupante na região. Se comparado com as outras macrorregiões, a do Centro é a quarta que apresenta maior porcentagem de domicílios com renda per capita até R\$ 70 reais.

Outra importante observação é que na região existe um considerável número de pessoas (136) menores de 60 anos com incapacidade ou grande dificuldade de uso de suas capacidades físicas ou, ainda, com deficiência mental permanente, correspondentes ao indicador "Pessoas com deficiência". Esse indicador é de grande importância para justificar ainda mais a necessidade de acessibilidade na Praça do ET.

Localizada no centro de todos os principais pontos de comércio e serviços de Varginha, a Praça do ET está entre a Praça José de Rezende Paiva, mais conhecida como Praça da Fonte, e a praça que abrange toda a Avenida Rio Branco, até a Igreja Matriz (FIGURAS 27 e 28).

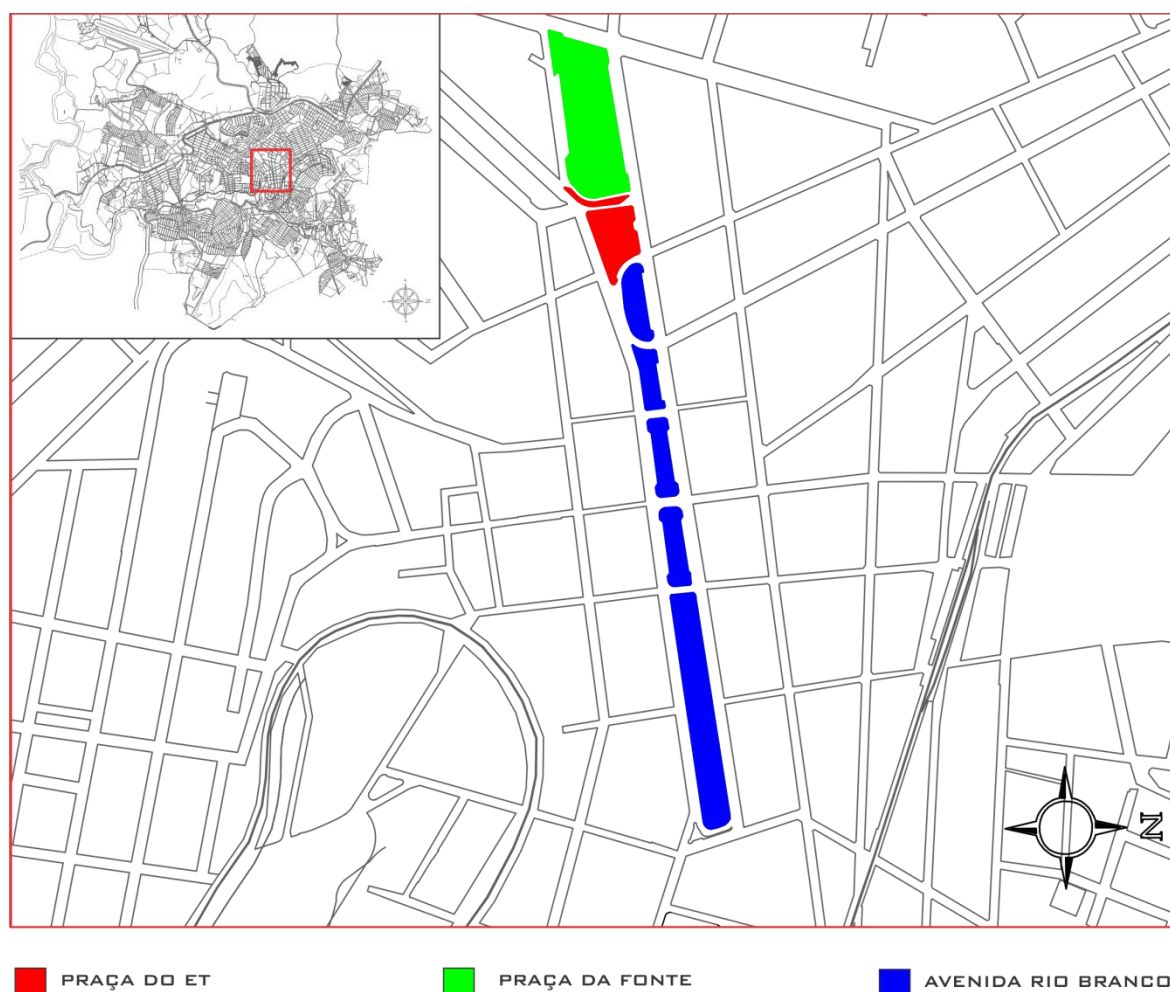


Figura 27: Localização da Praça do ET em Varginha, sem escala.
Fonte: A autora



Figura 28: Localização da Praça do ET na Avenida Rio Branco.
Fonte: A autora

Apesar de existirem fotos antigas (FIGURAS 29, 30, 31, 32, 33 e 34) e alguns registros de cidadãos varginhenses, inclusive mostrando que antes havia ali o cemitério da cidade, percebe-se uma dificuldade em encontrar registros técnicos que contenham a história dessas praças, assim como quando foram construídas e os responsáveis por tal obra. Têm-se apenas que o conjunto das praças foi reformado por volta de 2001 (FIGURAS 35, 36 e 37), com projeto (1996/1997) do arquiteto varginhense Otávio Gontijo, apresentando alguns aspectos de vegetação do antigo projeto de Roberto Burle Marx, importante arquiteto e paisagista brasileiro²⁸.

²⁸ Informações proferidas por Otávio Gontijo através de uma entrevista em Varginha, outubro de 2015.



Figura 29: Jardins da Avenida Rio Branco, 1950.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 30: Vista aérea da Praça da Fonte e da atual Praça do ET, 1950.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 31: Praça da Fonte, 1950.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 32: Praça da Fonte, 1990.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 33: Praça da Fonte e atual Praça do ET, sem ano.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 34: Praça da Fonte, 1990.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 35: Reforma da Praça da Fonte e da atual Praça do ET (1).
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha

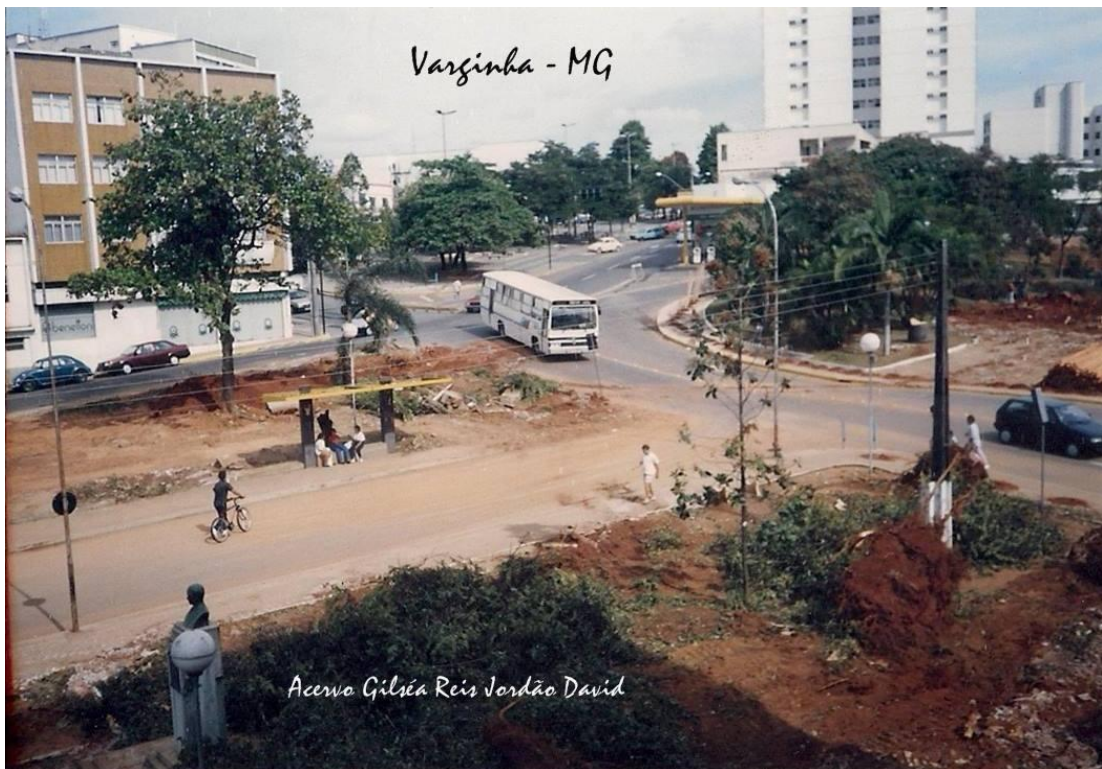


Figura 36: Reforma da Praça da Fonte e da atual Praça do ET (2).
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha



Figura 37: Nova reforma da Avenida Rio Branco, 2001.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha

Atualmente, a Concha Acústica é palco dos principais eventos da cidade, trazendo grande movimento para o espaço em questão (FIGURAS 38). Além disso, também ocorrem eventualmente alguns eventos na própria praça, como feiras de exposições, artesanatos e flores, incentivando o desenvolvimento local. A Praça apresenta maior movimento no horário de almoço dos funcionários que por ali trabalham e durante os fins de semana, sendo que cada parte do dia apresenta um uso predominante de determinada faixa etária. (FIGURA 39 e 40).



Figura 38: Comemoração do aniversário de Varginha em 2014 e em 2015.
 Fonte: <http://www.varginhaonline.com.br/noticias/exibe_noticia.asp?id=174232>
 <<http://www.varginha.mg.gov.br/component/content/article/25-noticias/17569-133-anos-de-varginha-sao-comemorados-com-muita-festa-na-concha-acustica>>



Figura 39: Brinquedos destinados ao público infantil instalados na Praça do ET no período da manhã e da tarde dos fins de semana.
Fonte: A autora, 2016.



Figura 40: Jovens e adolescentes na Praça do ET no período noturno de domingo.
Fonte: A autora, 2016.

Com relação ao entorno da Praça do ET, encontram-se ali alguma das principais agências bancárias da cidade, além de pontos de comércio, lanchonetes, órgãos de prestação de serviços, entre outros. Instalado na própria Praça, por exemplo, existe um ponto de apoio da Polícia Militar. (FIGURAS 41, 42 e 43).



Figura 41: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal
Fonte: A autora



Figura 42: Banco Itaú e Banco Bradesco.
Fonte: A autora



Figura 43: Ponto de Apoio da Polícia Militar..
Fonte: A autora

Nas proximidades da praça estão também alguns edifícios residenciais, mas são minoria em um entorno predominantemente comercial e de serviços (FIGURAS 44 e 45).



Figura 44: Uso e ocupação do solo no entorno da Praça do ET.
Fonte: A autora.



Figura 45: Número de pavimentos dos edifícios no entorno da Praça do ET.
Fonte: A autora.

Nas Figuras 44 e 45 estão graficamente apresentadas as tipologias dos edifícios circundantes à praça e o número de pavimentos de cada um deles. Já com relação às vias de acesso à praça, percebe-se que estas consistem em fluxos de diferentes direções, conforme apresentado na Figura 46. Nota-se que duas vias cortam o espaço entre a Concha Acústica e a parte central da praça, cada uma delas também com fluxo de veículos em um sentido diverso. Cabe destacar o fato de a Praça do ET se encontrar no caminho de todos os ônibus que saem do Ponto Central de maior movimento da cidade, localizado na Praça Getúlio Vargas. (FIGURA 47)



Figura 46: Sentido do fluxo de veículos ao redor da Praça do ET.
Fonte: A autora



Figura 47: Vista do Ponto Central e da Praça Getúlio Vargas a partir Praça do ET.
Fonte: A autora

São poucos os materiais utilizados na Praça do ET. Seu piso é revestido de Pedra Portuguesa e seu mobiliário consiste predominantemente em bancos de concreto revestido de granilite, que cercam tanto a parte central da Praça quanto a parte externa que a circunda. (FIGURA 48). Apenas a pequena arquibancada na lateral da parte central da Praça difere em relação ao material utilizado, sendo esta revestida de granito (FIGURA 49).



Figura 48: Piso de Pedra Portuguesa e bancos de concreto revestidos de granilite na Praça do ET.
Fonte: A autora



Figura 49: Arquibancada com revestimento de granito na Praça do ET.
Fonte: A autora

Além dos bancos, o mobiliário da Praça consiste apenas em algumas lixeiras e postes de iluminação distribuídos pela sua área, além um orelhão duplo e duas estátuas de seres extraterrestres, que contribuíram para o apelido da Praça (FIGURAS 50 e 51).



Figura 50: Estátua do ET e poste de luz na Praça do ET.
Fonte: A autora



Figura 51: Orelhão duplo e lixeira na Praça do ET.
Fonte: A autora

Quanto à vegetação, os canteiros da Praça são compostos predominantemente de árvores de grande porte, possuindo alguns poucos arbustos (FIGURA 52).



Figura 52: Vegetação da Praça do ET.
Fonte: A autora

Com área correspondente a 840,30 m², segundo levantamento feito pela Prefeitura Municipal de Varginha (FIGURA 53), a praça apresenta seu espaço central nivelado, com uma pequena parte inferior acessada por uma escada ou contornando a praça pelo seu exterior. Devido a falta de um documento oficial²⁹ que representasse a topografia da Praça, recorreu-se a um levantamento feito pela própria autora para fins de uma melhor visualização da declividade apenas descrita. A seguir, nas Figuras 54 e 55, tentou-se fazer uma melhor apresentação da planta baixa da Praça do ET e suas vistas através das observações acima descritas, já que a planta cedida pela Prefeitura Municipal não retrata completamente a situação da mesma.

²⁹ Ao entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Varginha requerendo o levantamento topográfico da Praça, a mesma disse não possuir tal estudo.

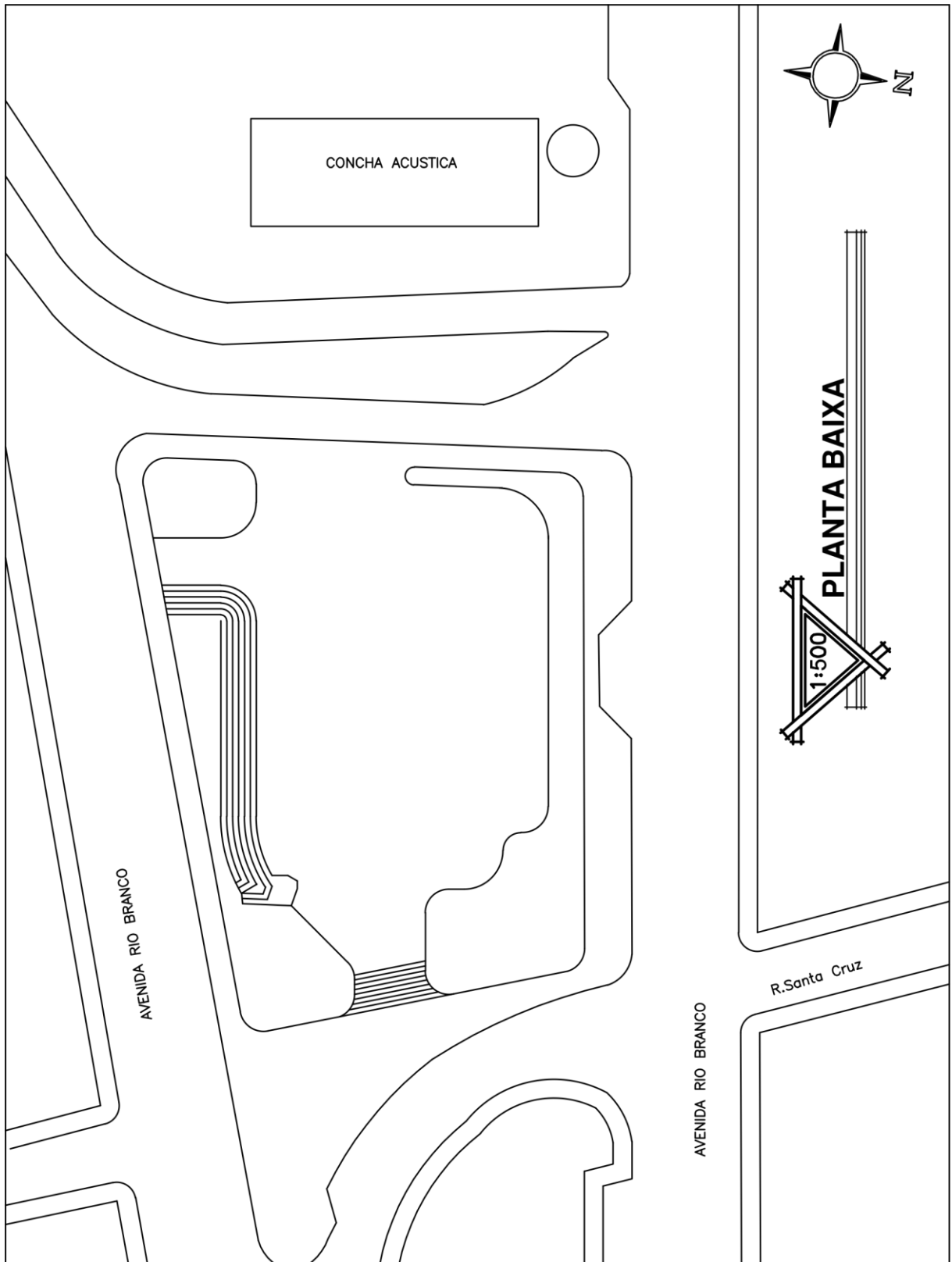


Figura 53: Planta baixa da Praça do ET original.
Fonte: Prefeitura Municipal de Varginha.



- lixeira
- poste de luz
- ponto de energia
- escultura ET
- orelhão duplo
- árvore

planta baixa
esc 1/500

Figura 54: Planta baixa da Praça do ET.
Fonte: A autora.

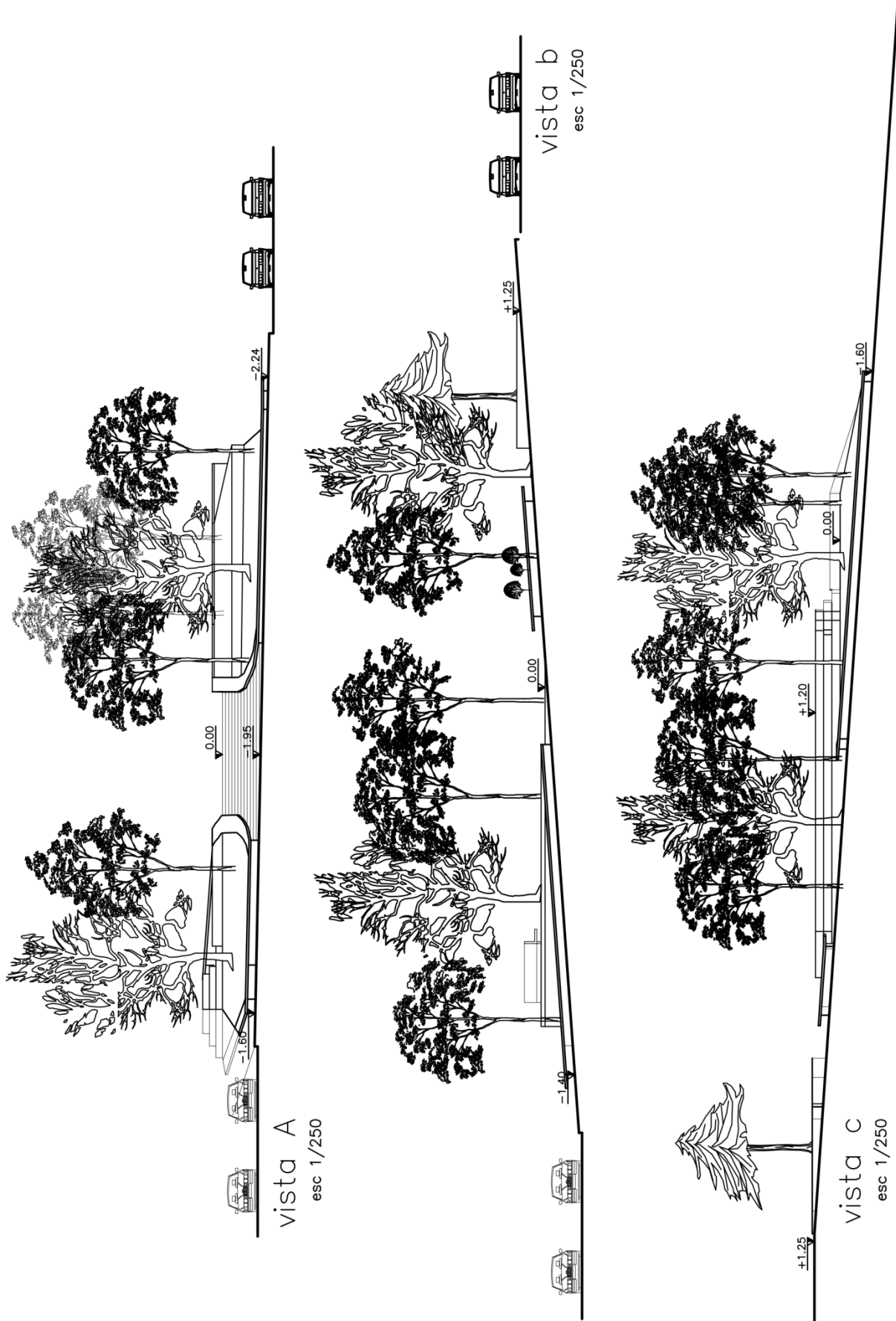


Figura 55: Vistas da Praça do ET.
 Fonte: A autora.

Quando à insolação que incide na Praça, a Figura 56 representa o sombreamento desta em períodos diversos. Nota-se que a presença das árvores é fundamental para que haja áreas sombreadas nos horários em que ocorre maior incidência do Sol. Dado que a direção dos ventos na cidade Varginha se dá no nordeste, a sequência de praças na Avenida Rio Branco nesta mesma direção propicia um espaço livre e sem impedimentos para a passagem e circulação do vento.

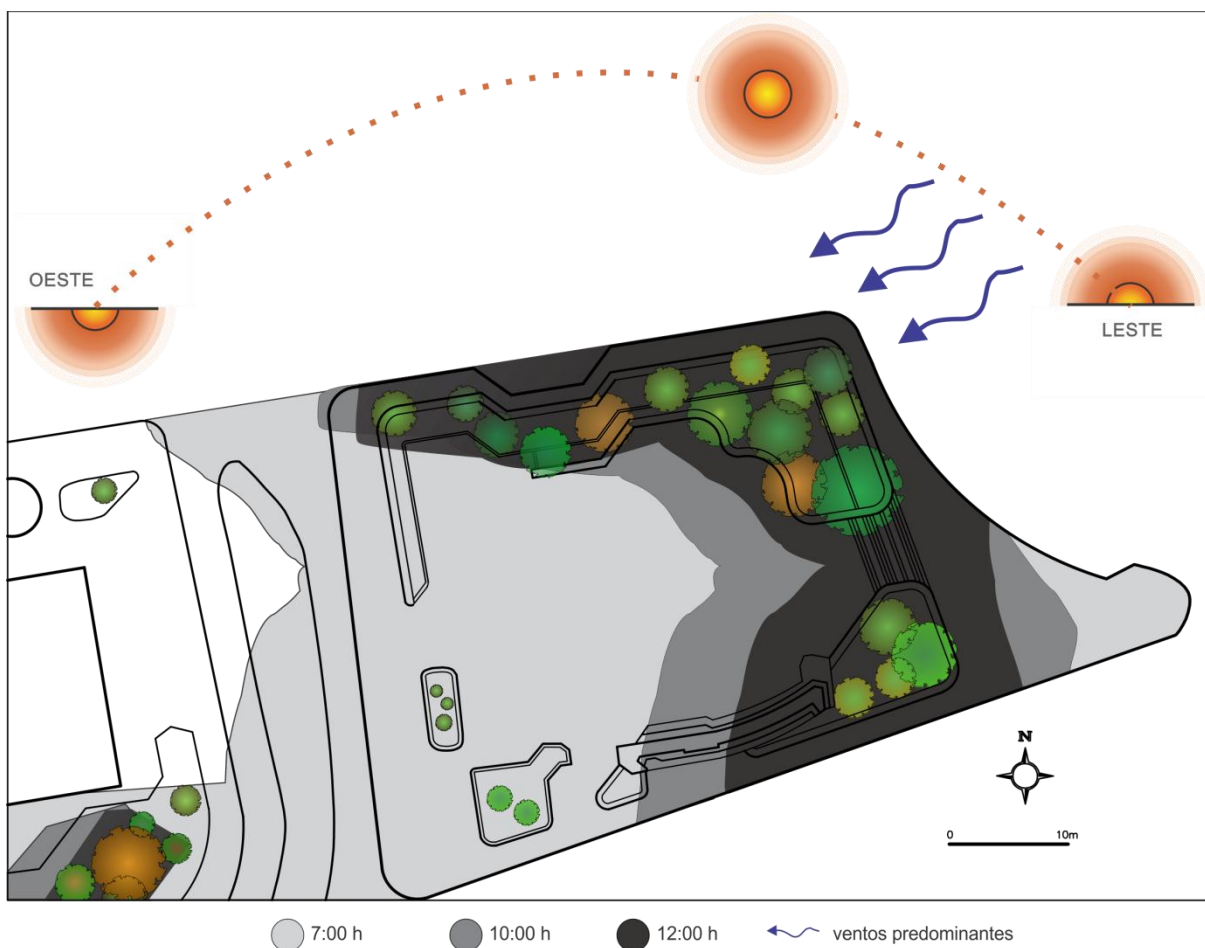


Figura 56: Sombreamento e insolação da Praça do ET.
Fonte: A autora.

Ao analisar o espaço físico da Praça do ET, alguns problemas foram percebidos quanto à sua estrutura, acesso e manutenção. As faixas de pedestres ao redor da Praça não são elevadas, o que pela cultura da cidade significa que os motoristas poderão ceder passagem aos pedestres ou não. Os desníveis da Praça acabam dificultando o trajeto dos idosos e daquelas pessoas com deficiências físicas e visuais, assim como o piso irregular, que prejudica também o acesso das pessoas sem quaisquer necessidades especiais. Observou-se também que a vegetação da praça está descuidada, não oferecendo atrativos que incentivem a permanência da população nesses espaços. A escada que liga o centro praça ao seu ponto mais baixo não

possui corrimãos, o que pode causar grande dificuldade aos seus usuários, principalmente àqueles com menos habilidade de locomoção. Finalmente, cabe destacar que as duas vias que separam a concha acústica do resto da praça muitas vezes atrapalham trânsito de pedestres, principalmente nas situações em que ali se tem maior movimento de usuários ou expectadores.

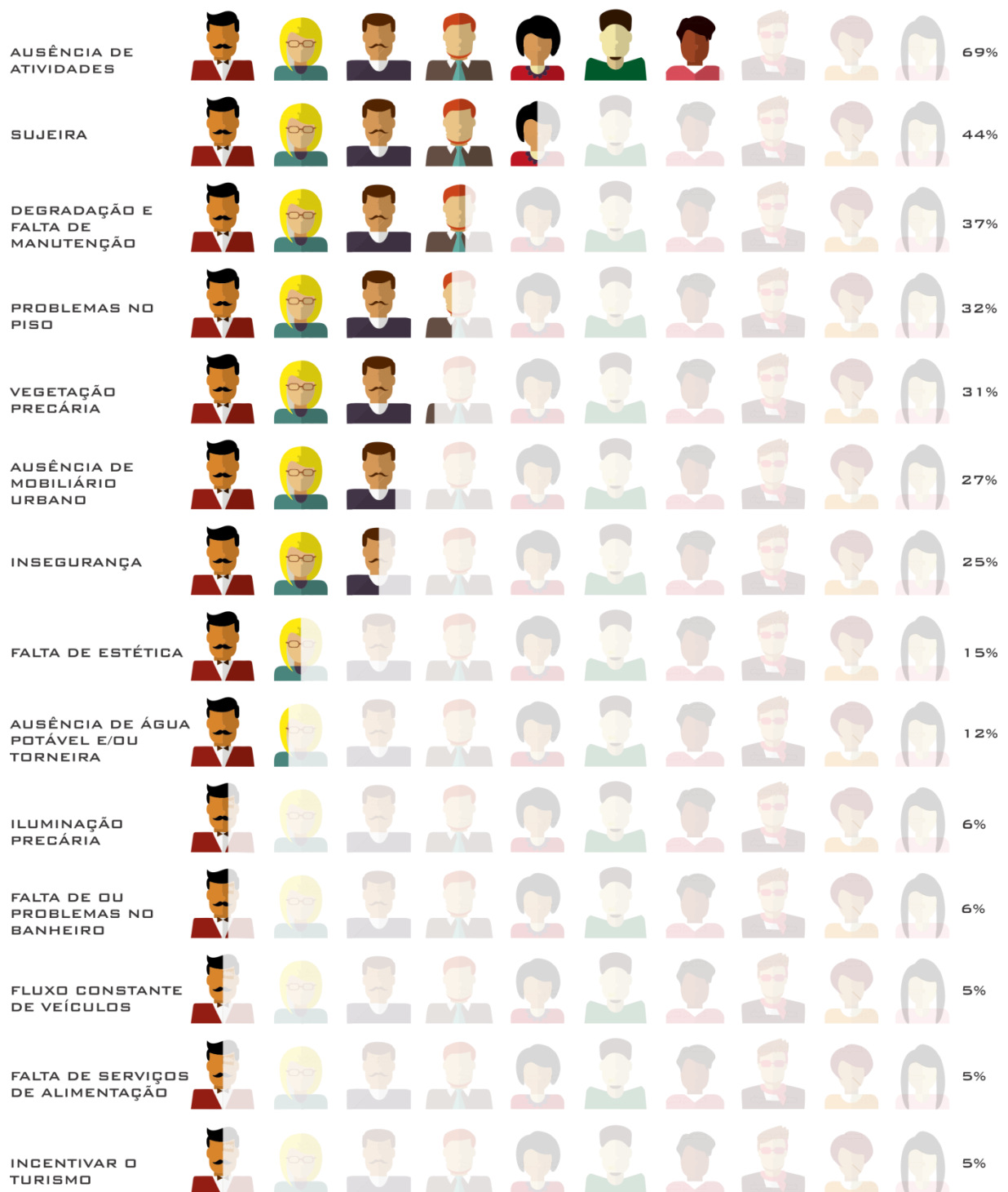
Outro importante aspecto a ser levantado, motivo principal da escolha da praça como local de intervenção do presente trabalho, é que ainda que a praça seja um importante ponto de passagem para a população Varginhense, já que interliga os lados opostos do centro da cidade, e que haja uma utilização do espaço quando ocorrem os eventos citados anteriormente, ela não tem sido palco de atividades espontâneas, oriundas da própria população. Eventualmente é possível notar uma tentativa de utilização da praça por alguns grupos sociais, mas além dessa ação ser rara, os mesmos o fazem em horários noturnos de pouco movimento, propiciando oportunidades de uso não saudável da mesma, talvez por não encontrar incentivos para utilizá-la de outras formas.

De acordo com a metodologia discutida nos capítulos anteriores, para que uma intervenção urbana seja bem-sucedida, a primeira etapa a ser feita é a realização de um diagnóstico sobre o local, e este deve ser feito com a participação da comunidade.

Esse estudo não deve ser visto como algo apenas técnico e alheio a quem mora e circula no território, mas como um processo participativo e colaborativo, no qual é pensado o que seria interessante para o lugar, e do que as pessoas sentem falta lá. (A BATATA PRECISA DE VOCÊ, 2015).

Em concordância com esta e tantas outras ideias apresentadas anteriormente com relação à participação da comunidade também na idealização das intervenções, expondo suas necessidades e desejos, foi perguntado à população varginhense quais problemas ela percebe na praça e quais melhorias elas gostaria que houvesse no espaço em questão. Conforme explicado na metodologia do presente trabalho, as respostas foram anotadas de maneira resumida e direta, simultaneamente à fala dos entrevistados, similar ao que ocorre na metodologia do *Brainstorming*. Dessa maneira foi possível agrupar em temas os problemas e sugestões citados com maior frequência pelos entrevistados, apresentados na Figura 57.

PROBLEMAS E SUGESTÕES MAIS CITADOS PELOS ENTREVISTADOS



*AS PORCENTAGENS CORRESPONDEM A QUANTAS PESSOAS DO TOTAL DE ENTREVISTADOS CITARAM DETERMINADO TEMA. ASSIM, UM MESMA PESSOA PODE TER CITADO UM OU MAIS PROBLEMAS.

Figura 57: Porcentagem de entrevistados que citaram cada um dos temas.

Fonte: A autora

A Figura acima tentou agrupar os problemas e sugestões mais apontados em temas gerais, para que se tenha uma melhor visualização das prioridades da amostra. Ainda assim,

algumas especificidades citadas por minorias também devem ser apresentadas por sua relevância. Duas pessoas entrevistadas citaram a necessidade de se ter placas educativas na Praça, tanto com relação à manutenção dos jardins e da praça como também aos perigos da exposição solar. Quanto à acessibilidade, foi citada a necessidade de uma modificação nas faixas de pedestres para que os veículos se sintam coagidos a dar preferência à travessia de pedestres. Outra pessoa observou os perigos da escada da Praça e sugeriu a implantação de um corrimão na mesma.

Dentre as pessoas que citaram ou sugeriram mudanças na vegetação, seis delas afirmaram que a Praça necessita de algumas flores e/ou plantas coloridas. Ainda sobre cores, dentro as pessoas que trataram da estética da Praça, quatro delas citaram que a mesma é triste e sugeriram mais cores no local. Uma das funcionárias das barraquinhas que se instalam no local em alguns fins de semana apontou que a rampa de acesso ao centro da praça para os carrinhos e veículos é muito estreita e mal sinalizada. Foram reclamados por duas pessoas os estragos no piso causados pelas tendas que se instalam na Praça quando ocorrem ali feiras ou exposições.

Ainda que tenha sido citada por apenas dois entrevistados, uma importante observação a ser levada em conta na etapa de projeto da intervenção da Praça do ET é a classificação da mesma como espaço de eventos da cidade e, por isso, não existem muitas possibilidades de mudanças físicas naquele espaço, pois estas iriam interferir no espaço destinado ao público nos dias de evento.

Como se pode notar, a ausência de atividade foi a observação mais comum feita pelos entrevistados. Diante disso, viu-se a necessidade de apresentar mais detalhadamente quais tipos de atividades essas mesmas pessoas sugeriram para a Praça do ET (FIGURA 58). Aquelas que não especificaram nenhuma tipologia foram agrupadas no tema "Atividades em geral". Um importante ponto percebido através das entrevistas teve origem naquelas pessoas que citaram a falta ou sugeriram mais atividades infantis na praça. Sete dessas pessoas deixaram claro que os brinquedos disponíveis na Praça nos fins de semana não atendem as suas necessidades por serem pagos e por não estarem sempre ali.

Dentre as sugestões de atividades artísticas na Praça, encontram-se saraus, apresentação de bandas da própria cidade e dos alunos do conservatório de música, apresentações escolares, teatros ao ar livre, batalhas de MCs, grafiteagem e pinturas na praça, entre outros. Um entrevistado sugeriu a disponibilização de livros para leitura com livre acesso para empréstimos e doações.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES MAIS CITADAS PELOS ENTREVISTADOS



*AS PORCENTAGENS CORRESPONDEM A QUANTAS PESSOAS DO TOTAL DE ENTREVISTADOS CITARAM DETERMINADO TEMA. ASSIM, UM MESMA PESSOA PODE TER CITADO UM OU MAIS PROBLEMAS.

Figura 58: Porcentagem de entrevistados que citaram cada uma das tipologias de atividades.

Fonte: A autora

Diante de todas essas observações, sugestões e necessidades expostas pela população varginhense com relação à Praça do ET, tentou-se atendê-las ao máximo possível na proposta de intervenção apresentada na próxima seção.

6. PROJETO DE INTERVENÇÃO

Conforme já detalhado anteriormente na metodologia do presente trabalho, no projeto final de intervenção (APÊNDICES A, B, C e D), procurou-se buscar soluções para cada um dos problemas e sugestões citados pelos entrevistados na Praça do ET, seguindo as diretrizes dos autores estudados, principalmente as do PPS (2012) e de Jacobs (2003). Para uma melhor descrição da proposta, esta foi dividida em quatro componentes principais detalhados a seguir, sendo eles: aspectos gerais do projeto, paginação de piso, iluminação e mobiliário urbano.

6.1. Aspectos gerais do projeto

A partir do diagnóstico e das entrevistas realizadas, algumas limitações para o projeto foram então percebidas. A primeira delas (intencional) é o fato de se tratar de um projeto de *placemaking*, que, como discutido na teoria do presente trabalho, objetiva proporcionar intervenções que integrem ao máximo sua comunidade e que sejam adaptadas à realidade local e às suas limitações financeiras. Com isso, foram descartadas grandes modificações e reformas na estrutura física da Praça do ET, executando apenas o que era extremamente necessário, como é o caso da substituição do piso da Praça e da mudança na disposição dos banheiros e camarins da Concha, sendo estas últimas pensadas de maneira a interferir o mínimo possível na sua estrutura. A segunda limitação está relacionada à função atual da Praça do ET na cidade de Varginha. Por ser o local destinado a promover os eventos públicos da cidade, o espaço é eventualmente ocupado por um grande número de pessoas, ainda que nos dias rotineiros não se presencie essa prática. Assim, várias possíveis intervenções na Praça tiveram que ser também descartadas por interferir em seu espaço central e causar desconforto aos usuários nos dias de grande lotação.

Como tentativa de solucionar o problema mais citado pelos entrevistados na Praça, qual seja, a ausência de atividades naquele espaço, o projeto de intervenção tem como um de seus principais focos promover um constante uso da Praça do ET, em diversos horários e por grupos distintos. Jacobs (2003, p.112) apresenta quatro elementos a serem incluídos em projetos de áreas públicas genéricas que objetivam uma sucessão complexa de usos e usuários: complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial. Segundo a autora, a complexidade está relacionada às múltiplas razões encontradas para se frequentar o espaço em

questão. Para que o espaço seja estimulante, cada segmento dele deve transmitir uma sensação diferente. Este estímulo pode ser causado por pequenas modificações ou, nas palavras da autora, por diferenças sutis.

Apesar disso, nenhum desses parques tem uma planta assim tão complicada. A complexidade que está em jogo é a complexidade visual, mudanças de nível no piso, agrupamentos de árvores, espaços que abrem perspectivas variadas - resumindo, diferenças sutis. As diferenças sutis da paisagem são acentuadas pelas diferenças de usos que nela proliferam. Os parques bem-sucedidos sempre parecem mais complexos quando estão em uso do que quando estão vazios. (JACOBS, 2003, p. 113).

Para o projeto de intervenção da Praça do ET, utilizou-se exatamente dessa sutileza para criar seus microespaços, de modo que não fosse preciso cercá-los ou delimitá-los fisicamente. Com a união da paginação de piso, da iluminação e dos mobiliários acrescentados, a Praça do ET foi dividida em ambientes propícios para determinados usos, incentivando a realização de atividades diversas naquele local. Assim como exemplificou Jacobs (2003), o projeto de intervenção da Praça só fará sentido quando esta estiver em pleno uso por seus usuários, sendo estes seu elemento fundamental.

6.2. Paginação de piso

Grande parte dos entrevistados citou o piso como um dos problemas atuais da Praça do ET, sendo sua condição precária facilmente percebida ao se visitar o local. Ademais, o diagnóstico social da população residente no entorno em que a praça está inserida apresentou um considerável número de pessoas com mobilidade reduzida, possivelmente prejudicadas pela situação irregular do piso. Assim, resolveu-se trocar o piso de pedra portuguesa, já proibido em algumas cidades brasileiras, pelo piso intertravado, sendo, então, possível regularizar e suavizar as diferenças de níveis ali existentes. Ainda no mesmo intuito e, também, a partir de reclamações dos entrevistados, foram elevadas as faixas de pedestres que se direcionam à Praça, permitindo uma demarcação mais clara da preferência dos pedestres durante a travessia.

Diante das limitações e diretrizes expostas anteriormente, encontrou-se uma solução de intervenção que não causaria impacto tridimensional no espaço e que, ainda assim, estaria dentro dos parâmetros e ideologia do *placemaking*: a paginação do piso. Este elemento teve a função principal de conectar os micro-espaços criados na Praça (também com a ajuda dos mobiliários acrescentados) de uma maneira não convencional. Como se espera que haja maior

interação entre os usuários e a própria praça, optou-se por uma paginação de piso comunicativa, a fim de que essa "conversa" seja recíproca.

Ao subir a escada que dá acesso à parte mais alta da Praça, os usuários encontraram algumas opções de caminho a seguir conforme sua intenção ou estado de espírito inicial. Ao se identificar com alguma das caracterizações pintadas no piso, o caminho a ser seguido o levará ao espaço destinado àquela atividade escolhida, assim como a um pequeno texto explicativo sobre ela. Além de trazer um interessante efeito estético para a Praça do ET, esta paginação colorida funciona como um alvo atrativo da curiosidade dos seus usuários, propiciando um ambiente divertido e interessante para a permanência dos mesmos.

Uma das reclamações detectadas nas entrevistas com os usuários da Praça do ET foi a falta de brinquedos ou atrativos gratuitos para as crianças naquele espaço. Tentou-se unir essa necessidade a uma técnica que vem sendo usada em algumas cidades do mundo que visa a chamar atenção dos usuários para as lixeiras dos espaços públicos, esperando que sejam mais utilizadas. Assim, foram pintadas brincadeiras no chão próximo às quatro lixeiras centrais da praça, direcionando os seus usuários a elas de uma maneira lúdica e, também, divertida. Cabe salientar outro importante aspecto do *placemaking*, que trata da participação popular inclusive na execução das intervenções. Por se tratar de simples pintura de piso e escrita com grafite ou estêncil, a paginação de piso poderia ser feita pelos próprios moradores por meio de mutirões e mobilização.

6.3. Iluminação

Ainda, no que concerne aos problemas detectados pelos usuários da Praça do ET, cabe mencionar a iluminação precária em sua parte central. De maneira a colaborar como objetivo da paginação de piso, foi idealizada uma iluminação que demarcasse os espaços criados na Praça do ET e trouxesse um maior conforto e atrativo à comunidade. Aproveitando os postes já implantados na praça, foram colocados neles alguns holofotes de iluminação direta, com foco justamente nos finais das linhas de direcionamento do piso. Essa intervenção traz um efeito interessante de focos de luz cruzados, parecido com o que ocorre nos palcos de shows, trazendo a mesma sensação para as diversas atividades possíveis no seu espaço central (apresentações de bandas, cantores, artistas, entre outros). Essa contribuição, inicialmente

singela, pode se tornar um incentivo para que esses usuários se sintam atraídos a se apresentarem e mostrarem suas habilidades na Praça.

Outra importante observação a ser feita é a de que o efeito da iluminação combinado à paginação de piso contribui com a temática extraterrestre da Praça do ET, principalmente à noite, quando há uma melhor visualização das luzes cruzadas e dos traços coloridos do piso.

6.4. Mobiliário urbano

Um dos principais pontos defendidos pela abordagem do *placemaking* é que um espaço público pode ser atrativo e funcional mesmo com investimentos mais simples e práticos. Além disso, afirma-se que quando a comunidade se sente parte do espaço público, confeccionando seus mobiliários, por exemplo, ela tende a cuidar melhor do mesmo. Assim, foram idealizados para a Praça do ET alguns mobiliários, em sua maioria simples, que ajudem a suprir de maneira factível as necessidades dos seus usuários. Cabe lembrar que, como detectado nas entrevistas e diagnóstico, era importante que estes componentes não interferissem no espaço da plateia nos dias de eventos ou pudessem ser removidos nessas ocasiões.

O problema citado com maior frequência pelos entrevistados foi a falta de atividades na Praça do ET. Assim, com a ajuda de determinados mobiliários, o projeto de intervenção fez com que a praça se "transformasse" com os usos possíveis, oferecendo espaço para as mais variadas atividades. Os espaços priorizados no projeto foram selecionados com base nas entrevistas, onde foi possível perceber direta ou indiretamente as atividades que os usuários da Praça apresentaram uma maior preferência.

Vários entrevistados citaram a necessidade de mobiliários urbanos na praça, principalmente mesas e cadeiras para suportar o horário de almoço dos inúmeros funcionários que ali fazem suas refeições. Como não era possível implantar esse tipo de mobiliário no espaço central, já que haveria interferência na disposição das pessoas nos dias de eventos, foi decidido alocar um container lanchonete no contorno da praça, de modo a não prejudicar a visão da Concha Acústica. Assim, seriam oferecidas opções de alimentos para as pessoas que ali passassem, inclusive para as crianças que frequentam o espaço nos fins de semana. As mesas e cadeiras removíveis estariam sobre os cuidados dos responsáveis pela utilização do container, dispondo-as diariamente no espaço separado para tal ação. Como defendido por Jacobs (2003) e PPS (2012), esses comerciantes seriam os olhos da rua, observando tudo que ocorre durante a maior parte do dia, colaborando para a vivacidade e manutenção do espaço.

Além desses benefícios, essa solução traria a oportunidade de pequenos empreendedores poderem divulgar e vender seus produtos alimentícios com gasto bem reduzido se comparado ao aluguel de um espaço comercial, semelhante ao que ocorre na Piazza de' Fiori em Roma.

Neste mesmo sentido, foi separado um espaço para a disposição das tendas e barraquinhas comerciais que eventualmente se instalam na praça. Diferentemente do que ocorre atualmente, tendas fixadas no piso que resultam em buracos e irregularidades (problema registrado pelas entrevistas), nesse espaço determinado não seria permitida essa instalação prejudicial. Esse espaço se encontra no centro de todos os trajetos possíveis da Praça, tornando-o mais visível e passível de vendas. Espera-se que, assim, as feirinhas sejam incentivadas e ocorram com mais frequência, incentivando os pequenos comerciantes locais.

Outra importante característica dos usuários da Praça do ET é a prática de esportes, principalmente o skate. Ao conversar com os mesmos, chegou-se a conclusão de que, para um maior divertimento, bastaria regularizar o piso e, se possível, acrescentar alguns equipamentos para manobras, como corrimãos próprios para esse fim. Assim, foram atendidas as suas demandas e dispostos dois corrimãos baixos também no contorno da praça, não causando prejuízo ao seu espaço livre central. Ao frequentar a Praça, foi possível perceber que esses jovens têm sido seus fiéis frequentadores, mesmo que ela não esteja atualmente nas melhores condições para essa prática. Espera-se então que, com essas alterações, a Praça possa atrair ainda mais praticantes do esporte, mantendo-a sempre movimentada e viva.

Além do skate, alguns outros esportes foram sugeridos pelos entrevistados. Além dessa contribuição, sabe-se que algumas outras atividades estão se tornando cada vez mais procuradas pela população varginhense. Ao começar pela escalada, esporte em expansão nas academias de CrossFit da região, tentou-se permitir seu acesso a todos os interessados, principalmente àqueles que não tem condições financeiras de participar dos pontos comerciais ofertantes do esporte. Devido ao fato de a Concha Acústica permanecer sem utilidade alguma nos dias em que não ocorrem eventos na mesma, escolheu-se seu extenso palco para implantar agarras de escalada, fixadas na parede curvada da mesma. Sabe-se que esta prática tem sido realizada, inclusive, em túneis ou embaixo de viadutos de algumas cidades brasileiras, incentivando o esporte a populações carentes. Assim, mais um espaço seria disponibilizado para a população varginhense, sendo este inclusive um dos mais visualizados por quem passa por ali, podendo atrair ainda mais pessoas. Além da escalada, no palco da Concha Acústica foram dispostas algumas mesas e cadeiras, de modo a apoiar o funcionamento de uma simples

cafeteria, nomeada “Café na Concha”, trazendo também movimento ao espaço, que proporciona uma agradável vista da cidade aos seus usuários.

Outra atividade que tem atraído cada vez mais adeptos na cidade é o *slackline*. Ao se prender uma fita elástica própria para esse fim em dois suportes, é possível treinar o equilíbrio e acrobacias de uma maneira divertida e segura. Em vários espaços públicos do mundo podem ser encontrados grupos se divertindo com o *slackline*, inclusive na cidade de Varginha. Como se preferiu não retirar o canteiro mais alto da Praça, notou-se que ele tem enorme potencial de sediar essa atividade, principalmente por estarem plantadas ali duas árvores aptas a suportarem o elástico. Como o projeto de intervenção visa ofertar essas atividades a todos os interessados, espera-se que o simples equipamento elástico seja doado ou financiado pela prefeitura, ficando a cargo dos responsáveis pelo container guardá-lo e cedê-lo a quem o pedir.

Atividades como dança, capoeira, apresentações artísticas ou um simples trajeto de bicicleta, por exemplo, podem ser realizados no centro da praça, onde não há obstáculos e sim espaço livre para a práticas dos mesmos.

Um aspecto a ser priorizado no projeto de intervenção foi o incentivo a bandas ou músicos locais, mesmo que iniciantes. Jacobs (2003) cita a importância desse tipo de atividade nos espaços públicos, contribuindo para o crescimento cultural da sociedade.

Música (inclusive a gravada) e peças de teatro também servem como artigo de primeira necessidade. É curioso que se faça muito pouco uso dos parques para esse fim, já que a inserção espontânea da vida cultural faz parte da missão histórica das cidades (JACOBS, 2003, p. 119).

Com esse objetivo, aproveitou-se o ponto de energia já existente na praça para utilizá-lo sempre que for necessário conectar algum equipamento elétrico de som. Essa prática já ocorre eventualmente, mas ainda não há uma permissão oficial para tal. Com isso, seria possível que músicos, instrumentistas, cantores, artistas, ou até mesmo alguém que queira movimentar o local com uma música gravada pudessem conectar seus aparelhos. Para que haja um espaço para uma possível plateia, a atual arquibancada de concreto será substituída por um baixo tablado composto por pallets de madeira, possibilitando a visualização de quem passa pela calçada e eliminando a barreira antes existente nesse acesso, problema citado por alguns entrevistados. Como esse espaço é um dos que mais recebem insolação na Praça, também foi planejada uma resistente tenda de tecido, facilmente confeccionada, que ao mesmo tempo em que propicia espaços com sombra, também permite alguns feixes de luz para quem possa os preferir.

Ao frequentar o local e conversar com os usuários da praça, percebeu-se que muitos funcionários comerciais, no horário de almoço, utilizam a praça para descansar e, inclusive cochilar. Isso ocorre de maneira improvisada e desconfortável, já que os bancos atualmente instalados não foram planejados para esse fim. Diante dessa situação, foi acrescentado na parte mais sombreada da praça um mobiliário, também de pallets de madeira, que permite aos seus usuários posições mais variadas e confortáveis, resultando em um descanso mais eficaz.

Como se sabe, a Praça do ET tem esse nome pela presença de duas estátuas de alienígenas, colaborando para a manutenção da história pela qual a cidade é conhecida. Muitos visitantes da cidade, e até mesmo seus próprios moradores, costumam fazer fotos com as estátuas do ET, prática esta facilmente percebida ao se observar o espaço. Ainda que as estátuas não sejam consideradas esteticamente belas por algumas pessoas, existem aquelas que se simpatizam com as mesmas, principalmente pelo fato de atraírem alguns turistas e causar descontração aos mesmos. Diante disso, resolveu-se manter as estátuas na Praça do ET, e, além disso, disponibilizar um espaço mais atrativo para as fotos desses usuários. Em cada uma das estátuas foram dispostos tabladros que possibilitem aos seus usuários atingir o nível em que se encontram as mesmas, além de um painel giratório ao fundo. Esse painel conteria trabalhos dos artistas locais, possivelmente grafiteiros ou artesãos, que seriam responsáveis por criar uma arte que caracterizasse a cidade de Varginha. Por serem giratórios, seriam possíveis várias combinações no plano de fundo das fotos, a serem escolhidas pelos próprios usuários do espaço.

Finalmente, uma importante solução adotada para fins de acessibilidade foi a implantação de corrimãos na escada principal da praça, facilitando o acesso do grande número de pessoas com mobilidade reduzida, conforme diagnóstico levantado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que "Morte e vida de grandes cidades" de Jane Jacobs (2003) tenha sua origem no contexto americano de 1961, suas observações ultrapassaram os anos e ainda se refletem na atualidade. Segundo a autora, o planejamento urbano da época não estava incorporando importantes e novas ideias, tornando-o um urbanismo ortodoxo e atrasado. Fenômenos tão complexos relacionados à cidade não eram bem compreendidos, fazendo com que seus responsáveis técnicos recorressem a teorias confortáveis e ilusórias, sem que realmente se aventurassem no mundo real. Enquanto os planos dos urbanistas e seus projetos não levarem em consideração o real funcionamento da cidade e as relações que esta estabelece com cada um dos seus elementos, a vitalidade urbana defendida pela autora nunca será estimulada. "É tolice planejar a aparência de uma cidade sem saber que tipo de ordem inata e funcional ela possui. Encarar a aparência como objetivo primordial ou como preocupação central não leva a nada, a não ser a problemas" (JACOBS, 2013, p. 14).

Seguindo esse mesmo objetivo de perceber a realidade da cidade e de suas relações, torna-se fundamental a integração da população nas decisões e execuções urbanas feitas pela gestão pública. Ao se realizar as entrevistas com os usuários da Praça do ET, percebeu-se que os mesmos não estão acostumados a ser abordados e questionados sobre o que pensam e desejam para determinada ação pública, e, por isso, muitas vezes foram relutantes e desconfiados. Para alguns, não havia nada a ser modificado. Para outros, apenas uma "capina" já seria suficiente. Estes reflexos mostram que, por não haver uma cultura participativa e por não haver retorno aos anseios daqueles que se prontificam a reclamá-los, parte da sociedade não consegue formular críticas ou demandas mais profundas. Mas, ainda assim, muitos deles conseguiram formular sugestões e críticas essenciais para a realização do presente projeto de intervenção. Cabe principalmente aos gestores públicos se conscientizarem da importância da participação popular, não só possibilitando como, principalmente, incentivando a população a caminhar junto ao município, participar das tomadas de decisões e estabelecer vínculos com a própria cidade. A parceria entre a gestão pública municipal e a população traz enormes benefícios, promovendo um sistema de gestão mais democrático.

Diante da falta dessa percepção por grande parte dos gestores públicos, muitas vezes organizações independentes, ativistas, ou, até mesmo, cidadãos interessados no bem-estar da

comunidade, vêm tomando frente a iniciativas que propiciem interação da população com os espaços públicos. Essa execução é ainda mais completa e faz mais sentido quando originadas por arquitetos e urbanistas, os quais têm por objetivo organizar o espaço para determinada finalidade e função. Entretanto, frequentemente a intenção final de um projeto ou intervenção é deixada em segundo plano por esses profissionais, que acabam por valorizar apenas a estética e a forma, sem levar em conta as possibilidades de interação dos indivíduos com o espaço em questão.

É nesse sentido que o presente trabalho apresentou a proposta de práticas do *placemaking* como um entendimento real da cidade e de seus indivíduos por parte desses profissionais, não se preocupando apenas com a sua aparência, mas, principalmente, com suas relações e a própria vitalidade urbana. Espera-se, então, que a proposta seja um exemplo de práticas fáceis, rápidas e de baixo custo, que, ainda assim, podem causar mudanças significativas na percepção que a população tem sobre seus espaços públicos.

REFERÊNCIAS

A BATATA PRECISA DE VOCÊ. A Batata precisa de você. **Piseagrama**, out 2015. Disponível em: <<http://piseagrama.org/a-batata-precisa-de-voce/>>. Acesso em: 23 Out 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 24, p. 268-306, mai./ago. 2010.

ARENDT, Hannah. (1951). **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BARATTO, Romullo. "(RUA)³ - série de eventos na Praça Oliveira Pentead, São Paulo". **ArchDaily Brasil**, ago 2014. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/625046/rua-3-serie-de-eventos-na-praca-oliveira-pentead-sao-paulo>>. Acesso em: Fev 2016.

BARCELONA FIELD STUDIES CENTRE. Diagonal Mar - a gated community. **Barcelona Field Studies Centre**, nov 2015. Disponível em: <<http://geographyfieldwork.com/GatedCommunities.htm>>. Acesso em: 25 Out 2015.

BARCELONA TURISME. **Parc Diagonal Mar**. Disponível em: <<http://www.barcelonaturisme.com/wv3/en/page/600/parc-diagonal-mar.html>>. Acesso em: 25 Out 2015.

BELA RUA. (RUA)³, 2014. Disponível em: <<http://www.belarua.com.br/#viva>>. Acesso em: Fev 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

BUENO, Chris. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 66, n. 04, pp. 6-7, 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: Fev 2016.

BRITTO, Fernanda. Espaços comuns: Urbanismo, Sustentabilidade e a arte do Placemaking. **ArchDaily Brasil**, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/104484/espacos-comuns-urbanismo-sustentabilidade-e-a-arte-do-placemaking>>. Acesso em: 19 Out 2015.

CARLOS, Euzineia; SILVA, Marta Zorzal e. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política e sociedade, UFSC**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 163-194, out. 2006.

EVERS, Henrique; ZOTTIS, Luísa. Nossa Cidade: o papel do espaço público na vida urbana. **TheCityFix Brasil**, mai 2015. Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2015/05/06/nossa-cidade-o-papel-do-espaco-publico-na-vida-urbana/>>. Acesso em: 19 Out 2015.

FIGUEIREDO, Ricardo. O Porto onde eu nasci e cresci...(2).**do porto e não só...**, ago 2010. Disponível em: <<http://doportoenaoso.blogspot.com.br/2010/08/o-porto-onde-eu-nasci-e-cresci2.html>>. Acesso em: 28 Out 2015.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Controle e transparência na gestão do programa Bolsa Família** in Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Fabel, Murilo; Neves, Jorge Alexandre Barbosa (Orgs.). Belo Horizonte: PucMinas, 2007. 428 p.

GAETE, Constanza Martínez. ¿Qué es el Placemaking Creativo y cómo se relaciona con la resiliencia?. **Plataforma Urbana**, mar 2015. Disponível em: <<http://www.plataformaurbana.cl/archive/2015/03/11/que-es-el-placemaking-creativo-y-como-se-relaciona-con-la-resiliencia/>>. Acesso em: 19 Out 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

JACOBS, Jane. (1961). **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

JOHNSTON-ZIMMERMAN, Katrina. On Placemaking: An Anthropologist's Perspective. **SustainableCitiesCollective**, mar 2015. Disponível em: <<http://www.sustainablecitiescollective.com/thinkkatrina/1054621/placemaking-anthropologist-s-perspective>>. Acesso em: 19 Out 2015.

KAIRÓS. **Diagnóstico Social de Varginha**. Disponível em: <<http://www.kairos.srv.br/varginha/>>. Acesso em: nov. 2015.

LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Política e Trabalho, UFPB**, João Pessoa, n. 17, p. 46-63, set. 2001.

LOOMANS, Taz. Repairing the City – an Antidote to Gentrification. **SustainableCitiesCollective**, jun 2015. Disponível em: <<http://www.sustainablecitiescollective.com/bloomingrock/1079226/village-building-convergence-antidote-gentrification>>. Acesso em: 19 Out 2015.

MARCOPOLO. Campo de' Fiori – Roma – Mercato e vitanotturna. **Marcopolo**. Disponível em: <<http://www.marcopolo.tv/articoli/campo-de-fiori-roma-mercato-e-vita-notturna/>>. Acesso em: 25 Out 2015.

MIRALLES, Enric; TAGLIABUE, Benedetta. Diagonal Mar Park. **Miralle/Tagliabue - EMBT**. Disponível em: <<http://www.mirallestagliabue.com/project.asp?id=51>>. Acesso em: 25 Out 2015

MORGADO, João. Praça D. João I. **João Morgado Fotografia de Arquitectura**, mai 2011. Disponível em: <<http://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/praca-d-joao-i>>. Acesso em: 28 Out 2015.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticas da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

PNUD. **Ranking IDHM Municípios 2010.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx>>. Acesso em: Fev 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Praça Oliveira Penteadó recebe "Diversão ao cubo"**, 2014. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3538#ad-image-0>>. Acesso em: Fev 2016.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Placemaking and the Future of Cities**, 2012. Disponível em: <<http://www.pps.org/wp-content/uploads/2012/09/PPS-Placemaking-and-the-Future-of-Cities.pdf>>. Acesso em: 19 Out 2015.

_____. **Hall ofshame: Diagonal Mar.** Disponível em: <http://placemaking.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=623>. Acesso em: 19 Out 2015.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal:** empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

REZENDE, Denis Alcides; GUAGLIARDI, José Augusto. Planejamentos Municipais, gestão de prefeituras e tecnologia da informação: estudo de casos em pequenos municípios paranaenses. **Revista de Ciências da Administração**, v. 10, n. 22, p. 186-211, set./dez. 2008.

RIBEIRO, A. C. T. O poder local e a ampliação da democracia no Brasil. In: **Prefeituras do povo e para o povo.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia.** Publifolha: São Paulo , ed. 1 , 2008

ROMASEGRETA.IT. Campo de' Fiori. **Romasegreta.it**, Mai 2013. Disponível em: <<http://www.romasegreta.it/parione/campo-de-fiori.html>>. Acesso em: 25 Out 2015.

SHIKI, Simone de Faria Narciso. **Estado, políticas públicas e desenvolvimento local:** sustentabilidade do turismo no Nordeste brasileiro. 2007. 362 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SORJ, Bernard. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista. **Novos estudos**, n. 76, p. 123-136, nov. 2006.

THE NATURE OF CITIES. Survey Reveals Why People Use Parks and Plazas in Buenos Aires. **SustainableCitiesCollective**, mar 2015. Disponível em: <<http://www.sustainablecitiescollective.com/nature-cities/1053196/why-do-people-use-parks-and-plazas-buenos-aires>>. Acesso em: 19 out 2015.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2004.

TURISMO ROMA. Piazza Campo de' Fiori. **Pro Loco Roma Capitale**. Disponível em: <<http://www.prolocoroma.it/piazza-campo-de-fiori/>>. Acesso em: 25 Out 2015.

VASCONCELOS JÚNIOR, Marcos de Oliveira. O Federalismo e a posição do município no Estado federal brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3107, jan. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20774>>. Acesso em: 5 maio 2015.